



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

N.º 4

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Évora Efectuada em 15 de Junho de 2002

Aos quinze dias do mês de Junho de 2002, reuniu, pelas quinze horas, no Salão do Grupo União e Recreio Azarujense, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Discussão e aprovação do Regimento.**
2. **Informação sobre a Freguesia de S. Bento do Mato.**
3. **Eleição de três Presidentes de Juntas de Freguesia, e Eleição de vinte cidadãos, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança.**
4. **Informação do Presidente da C.M.E. sobre a actividade da Câmara.**
5. **Pedido de Autorização para Isenção do Pagamento de Imposto Municipal de Sisa – Olivia-Unipessoal, lda.**
6. **Cedência de terrenos ao Lusitano Ginásio Clube e Juventude Sport Club.**
7. **Cedência de Parcela de terreno – Rua de Portel – Freguesia da Senhora da Saúde – A José dos Santos, Lda.**
8. **Cedência de parcela de terreno – Av.ª da Liberdade n.º 156 r/c – Bairro António Sérgio – Freguesia da Malagueira – Ministério da Justiça.**
9. **Cedência de parcela de terreno – Parcela 1 (Quinta da Soeira), actualmente Rua Ferreira de Castro, Bairro do Granito – Freguesia do Bacelo – A Victor Manuel Mosca Oliveira.**
10. **Cedência de parcela de terreno – Rua Principal n.º 39 – Bairro de St.º António – Freguesia da Senhora da Saúde – A Liliana Grazina Mendes e a Lucinda Bárbara Pereira Borrego Furão.**
11. **Proposta de adesão da Câmara Municipal de Évora à rede AVEC (Aliança de Cidades Europeias para a Cultura).**
12. **Proposta do Regulamento Municipal de Taxas, Tarifas e Preços.**

Estiveram presentes os membros da mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Câmara fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto de Oliveira, e pelos Vereadores Fernanda Ramos, Miguel Lima, João Libório, André Espenica e Jorge Pinto.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da AM agradeceu a presença de todos e agradeceu ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento do Mato o acolhimento amável que dispensou, e a visita que proporcionou de manhã que ajudou a perceber melhor os problemas e aspirações desta freguesia e para que todos estejam melhor preparados para quando forem chamados a pronunciar-mos e a terem de decidir. Disse ainda que : “O magnifico almoço com que nos obsequiou que para além do aspecto gastronómico se revelou de uma extrema importância pelo convívio e que nos ajuda a que nos conheçamos um pouco melhor para além da luta política que constitui o objectivo principal das funções em que estamos investidos. Esta é uma iniciativa que continuará a justificar-se. Mas antes de começar os trabalhos da ordem do dia, não queria deixar de dar a palavra ao Sr. presidente da Junta de Freguesia de S. Bento do Mato, o Sr. João Ricardo.”

O Sr. João Ricardo tomou a palavra: “Desejo as boas vindas a todos, e agradeço o facto de terem estado presentes na visita, pois assim foi possível mostrar uma panorâmica geral sobre o que queremos, o que pretendemos fazer, e do que está por fazer na freguesia. Deixamos também a preocupação de que necessitamos que a freguesia se desenvolva na área industrial e na área socio-económica.

Mostrei o parque industrial e o núcleo empresarial da Azaruja, que têm como sócios, os nossos corticeiros e a Câmara Municipal, deixei-vos a indicação de uma unidade de saúde, que está também em construção e espero que se conclua dentro em breve. Deixei-vos a indicação da preocupação da criação de novas zonas de habitação, para que possamos conjuntamente com o parque industrial, criar as condições necessárias para que os jovens, e não só, se fixem nesta terra. Porque a Azaruja perdeu população nesta última década, e é sem dúvida uma preocupação que todos os Presidentes de Junta têm no Alentejo.

Penso que não há nenhum que não a tenha, e nós como temos potencialidades de inverter esta tendência, pensamos que com o melhoramento das acessibilidades que já vamos tendo, pois estamos no eixo de desenvolvimento entre Lisboa/Madrid, mas se quisermos ser mais pequenos e limitarmos-nos ao nosso tamanho se assim o entender-mos, estamos no eixo de desenvolvimento Évora/Badajoz. Temos a Nacional 18 mesmo á porta, temos a A6 aqui pertinho, e temos outras acessibilidades de outras capitais de Distrito e de capitais de Concelho aqui ao pé. O que me leva a pensar, que temos as condições para fixar mais população do que a que temos. É evidente, que uma população não se fixa só pela indústria, fixa-se também se lhe der-mos as condições de vida necessárias, ou seja, aquilo a que se chama a qualidade de vida, é claro que cada um tem a sua definição do que é a qualidade de vida. No entanto penso que a qualidade de vida aqui na Azaruja, está consubstanciada entre dois factores importantes, um primeiro com a fixação dos jovens, com a criação de novos terrenos para construção e o avanço imediato do nosso parque industrial, estes são os pontos fundamentais, a base para a sustentação, de mais pessoas para a freguesia. Depois para além disso, nós temos como prioridade para este mandato, 4 ou 5 pilares fundamentais: 1- O desenvolvimento socio-económico 2- A urbanização 3- O desporto, cultura, lazer e Educação 4- A valorização do património e equipamento. Embora nós sejamos uma freguesia muito recente na sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

criação, a nossa origem remonta ao princípio do século 18. A nossa origem, está directamente ligada aos catalões e aos Ingleses, foram eles que se instalaram aqui pela primeira vez na Azaruja, e que começaram a desenvolver uma indústria que ainda hoje está aqui implantada, que é a indústria da cortiça, com ela veio nascer outra indústria, que é a da cutelaria, e com ela veio nascer um meio de sustentação para algumas famílias que é o artesanato ligado á cortiça. Ainda existe um outro pilar, que é o aproveitamento e preservação dos recursos naturais desta freguesia. Nós estamos situados no sopé da serra d'Ossa, e a localização da Azaruja aqui não se deu por acaso, deu-se porque a zona era muito rica em cortiça. Como todos sabemos, o sobreiro é uma árvore importantíssima, e é nossa preocupação a preservação desta mancha florestal onde estamos incluídos. Nos últimos anos, temos vivido com a sensação de que somos a maior freguesia do Concelho, e isso talvez nos tenha adormecido um pouco, e esse adormecimento penalizou-nos, e porque também se entendeu pelos vários poderes que passaram por este país, que nós tínhamos tudo o que era necessário, talvez por isso, e por também achar-mos que também nós tínhamos tudo fomo-nos deixando estar, é por isso que estamos neste momento a actuar junto da população. É para nós motivo de muito orgulho, estarmos a receber os membros da AM aqui na Azaruja.

O Sr. Presidente da AM passa ao período de antes da ordem do dia, onde se aprova a acta de 23 de Fevereiro de 2002.

Período Antes da Ordem do Dia

Acta da reunião da Assembleia Municipal de 23 de Fevereiro 2002 - Aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente coloca uma questão relativa á lista de presenças, e propõe um livro de presenças disponível durante um determinado período de tempo, em que as pessoas assinam a sua presença, e pergunta se os membros querem que se inaugure um procedimento deste tipo.

O Sr. Presidente pergunta se a senha que todos preenchem pode substituir a chamada.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Lourido toma a palavra: “Do ponto de vista formal, a folha de presenças não substitui a chamada, porque esta tem de ficar registada em acta, o livro de presenças poderá servir de suporte para a realização da acta, mas só a folha de presenças não.

Do ponto de vista de tempo, não é muito demorado fazer a chamada e fica logo registado em acta as presenças que estão, isto do ponto de vista formal.”

O Sr. Presidente dá a palavra á Sr.ª Deputada Municipal Luísa Baião.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr.^a Deputada Municipal Luísa Baião toma a palavra: “o meu ponto de vista não é como o do Sr. Jorge Lourido, mas sim dar-mo-nos a conhecer.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Celino Silva.

O Sr. Deputado Municipal Celino Silva toma a palavra: “Não vejo inconveniente nenhum, que não haja chamada, e que este documento ou outro qualquer seja e sirva para fixar as presenças, mas há uma coisa de que o Sr. Presidente não pode fugir, é que antes de começar a sessão tem de verificar e informar a assembleia de que há quorum. E havendo um número próximo da falta de quorum o Sr. Presidente tem de fazer a chamada.”

O Sr. Presidente através do conjunto das intervenções conclui que vai fazer a chamada. Dá início á chamada:

1. Luís Manuel Capoulas Santos
2. Lino António Marques de Carvalho - Apresentou justificação de falta mas não apresentou substituto.
3. Acácio Monteiro Alferes
4. Carmen Dolores Pirra Balesteros
5. Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
6. Raimundo de Céu Cabral
7. José Joaquim Palma Rita
8. Rui Manuel Fialho Rosado
9. José da Silva Costa Russo
10. José Luís Cardoso
11. Jorge Maria de Fontes Alferes Lourido
12. António Manuel Soares Serrano - Faltou e pediu substituição pela Dr.^a Paula de Deus que se encontra presente.
13. Celino José Rodrigues da Silva
14. Rui Manuel Boleta Grilo – Faltou e pediu substituição. Está substituído pelo Sr. Francisco Pândega
15. Maria Augusta Portas Pereira – Faltou e pediu substituição.
16. João Carlos Garcia de Andrade Santos
17. Luís Pereira Carmelo
18. Maria Helena dos Santos Costa
19. Nuno Miguel Botas Lino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

20. João Luís Latas Lázaro
21. Carlos Jorge Pires Percheiro - Faltou
22. António José Ventura Ramos
23. Luís José Pimpão Pasadas
24. Maria Helena Azevedo dos Santos Teixeira da Silva
25. José Manuel Mateus
26. Baltazar João Avó Damas
27. Maria Luísa Palma Baião
28. Victor Jaime Ribeiro dos Santos
29. Estevão Catarino dos Reis Bicho
30. Isidro José de Oliveira Lobo – Faltou e não apresentou substituição
31. Francisco José Remangas Estevão
32. José Vitorino Piteira
33. João José Valverde
34. João Leocádio Correia Ricardo
35. António Manuel Fialho Russo
36. José Carlos Bravo Nico
37. Maria Gabriela Caixeiro Martins da Silva
38. Miguel Galvão Garcia Chumbo – Faltou e não pediu substituto
39. João Manuel Horta Rodrigues - Faltou
40. Jerónimo António Coelho Mendes - Faltou

O Sr. Presidente após a chamada e ter verificado que havia quorum deu seguimento ao início dos trabalhos.

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Deputado Municipal Palma Rita.

O Sr. Deputado Municipal Palma Rita tomou a palavra: “Gostava de saber se compete a cada um dos grupos parlamentares indicar a substituição das pessoas que não vão estar presentes numa determinada sessão da Assembleia.”

No art.º 16º do Regimento, diz que é ao presidente da mesa que compete convocar a pessoa que vêm a seguir na lista e não é uma competência do grupo parlamentar.

É para ficar registado e que em futuras situações se proceda de forma diferente.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente respondeu ao Sr. Deputado Palma Rita: “A Lei n.º 5-A de 11 de Janeiro de 2002 introduziu alteração neste dispositivo legal, que se sobrepõe ao Regimento e que diz que tratando-se de uma ausência inferior a 30 dias, a substituição é automática, razão pela qual quando um deputado falta pode fazer-se substituir pelo que está imediatamente a seguir na lista. Sendo que, a essa comunicação, feita em tempo útil, seguirá a documentação e a convocação.

Algumas das justificações, chegaram ontem mesmo, e quando assim é, é suposto que aquele que não pode comparecer que faça seguir os documentos àquele que o fará substituir. Desde que a justificação seja atempadamente apresentada à Assembleia, eu próprio determinarei o envio da correspondência.”

O Sr. Presidente comunica que estão abertas as inscrições para qualquer ponto sendo que o único ponto até agora apresentado é uma moção cujo primeiro subscritor, é o Deputado Municipal José Luís Cardoso da Bancada do Partido Socialista.

O Sr. Presidente dá a palavra ao Deputado Municipal José Luís Cardoso para apresentar a moção.

O Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso toma a palavra: “O objectivo desta moção, tem mais um carácter preventivo do que outra coisa. Ao longo destes dois meses, em que o actual governo está em funções, a única preocupação que tem tido é em cortar financiamentos, despedir pessoal da função pública, fechar institutos públicos, de a qualquer preço arranjar dinheiro. Apesar de os municípios não terem ainda sido abordados de um modo directo e imediato, provavelmente os municípios serão o próximo alvo a atingir pelo governo no sentido de os descapitalizar ainda mais.

Esta moção vai no sentido de a Assembleia Municipal fazer chegar aos meios de comunicação social, e aos órgãos de poder central, a sua preocupação de que na mesma proporção que até hoje, enquanto o Partido Socialista foi governo, os fundos transferidos para as autarquias locais que vieram, nomeadamente para Évora, se mantenham. De 91 a 95 as transferências para o município de Évora e para todos andavam sensivelmente á volta de um aumento anual dos 4%, andavam á volta de um valor muito próximo do índice de invasão, depois nos anos em que o Partido Socialista foi governo, de 95 a 2001, esse aumento de transferência andava á volta dos 56% , ou seja, em números, enquanto o PSD foi governo , com o Prof. Cavaco Silva se cifrou em 53 155 000\$00. Quando o PS foi governo o aumento da transferência cifrou-se em 790 495 000\$00 , 56% a mais dessa transferência.

Esta moção serve para alertar, e para que o poder central saiba que a AMÉ está atenta, e não quer de modo nenhum, que os municípios sejam prejudicados nesta corrida que o governo está a seguir, de cortar de qualquer maneira.”

O Sr. Presidente solicita ao 2º secretário que leia a moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O 2º secretário passa a ler a moção.

Esta moção está anexa a esta acta, dela também fazendo parte.

O Sr. Presidente abre a discussão e é dada a palavra ao Deputado Municipal Jorge Lourido.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Lourido toma a palavra: “É vontade da bancada da CDU de se juntar á preocupação da Moção apresentada pelo deputado da bancada do PS, entendemos é que há que separar o trigo do joio, entendemos que os últimos anos da governação do PS não foram de modo algum suficientes e nem beneficiaram aquilo que era necessário a nossa região, e isso ficou comprovado por várias situações, como a perda de quantidade de habitantes do Concelho de Évora. Mas vimos mais, vimos um conjunto de propostas feitas por esta Câmara, por este município que só vieram ser aprovadas no último momento e depois da cor política ter mudado, de facto o concelho de Évora não se sente minimamente agradecido á governação do PS, e esta freguesia, a da Azaruja conta com um projecto que era a construção de uma escola básica integrada, que foi recusada pelo próprio PS a sua colocação aqui, portanto de facto deste ponto de vista não podemos votar favoravelmente. Entendemos no entanto subscrever, se for realçada a preocupação em relação aos cortes de financiamento que se prevêem para as autarquias, e que Évora será certamente também um alvo, e foi também nesse sentido que na última Assembleia eu próprio coloquei essa questão, não como forma de moção mas antes do período da ordem do dia, como um alerta para a assembleia e para estarmos de alguma forma precavidos sobre aquilo que iria acontecer.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso.

O Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso toma a palavra: “Estranho a posição do Sr. Deputado, porque o que esta moção pretende indicar, mais do que os méritos que o PS teve no financiamento das autarquias locais, foi uma análise comparativa entre o que foi, quando o PS foi governo e o que foi quando o PSD o foi. É obvio que, não foram feitas as transferências de fundos suficientes e necessários, mas os possíveis. Se a bancada da CDU não vai votar esta moção por o PS não ter transferido tudo o que era necessário, nada mais posso dizer.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal João Ricardo.

O Sr. Deputado Municipal João Ricardo toma a palavra: “A minha intervenção é respeitante ao que o Deputado Jorge Lourido disse relativamente á construção de uma escola aqui na Freguesia da Azaruja. Não houve nenhuma negação, por parte de nenhum órgão de poder para a construção da escola aqui na Azaruja, o que houve, e é uma situação que temos de tentar ultrapassar, tem a ver com a fixação de mais gente aqui na freguesia, e que foi o principal problema da não construção da escola nesta freguesia. No entanto o projecto não está abandonado, e não houve ainda nenhuma decisão final. O projecto da construção da escola está apenas pendente.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Jorge Lourido.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Lourido toma a palavra:

“A bancada da CDU está disposta a votar a moção desde que o elogio ao PS seja retirado. Porque a bancada da CDU como habitantes que são do Concelho de Évora, não sentem na pele razão nenhuma para fazer esse elogio, e se for retirado o elogio ao PS votamos favoravelmente a moção.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado José Luís Cardoso.

O Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso toma a palavra:

“Estranho a posição do Dr. Jorge Lourido, e nos n.ºs apresentados de transferências para as autarquias. Numa análise comparativa entre o antes e o depois, foi o governo do PS que fez as transferências para as autarquias locais, incomparavelmente maiores do que as que foram feitas durante os 10 anos em que o PSD foi governo. Se foi esse governo que fez as transferências tem de se dizer qual foi.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Palma Rita.

O Sr. Deputado Municipal Palma Rita toma a palavra:

“Não estamos em desacordo com a moção no seu essencial, a exigência de que para um conjunto de competências que tem a ver com serviços básicos das autarquias, terá que haver um asseguramento de transferência de fundos necessários para que eles possam ser cumpridos, e nesta parte eu estaria disposto a votar esta moção. No entanto penso que a moção vai mais longe, e faz um enquadramento diferente, porque no que se refere aos cortes das despesas do funcionamento do estado eu penso que os cortes são necessários, e penso que esta é uma questão que está perfeitamente demonstrada, em todas as contas dos vários economistas, dos vários quadrantes, que o saco tem fundo. Penso que este enquadramento inicial, não deve fazer parte da moção, tal como acho que não devesse fazer parte, a questão relativa às transferências por parte do governo PS e por parte do PSD. Porque se formos olhar para a legislação, verificamos que as transferências de verbas para as autarquias por parte do governo PS foram acompanhadas por um aumento de transferência de competência. Estando as transferências feitas, deverão ser asseguradas as verbas necessárias para que possam ser cumpridas, tudo o resto penso que é um enquadramento político demasiado genérico que me leva a ter dúvidas a votar favoravelmente a moção, embora concordando com a necessidade das transferências de verbas para os serviços básicos das autarquias, que devem ser assegurados e que terá que ter a devida transferência de verbas.

Abstenho-me relativamente á moção não a votando favoravelmente.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Acácio Alferes.

O Sr. Deputado Municipal Acácio Alferes toma a palavra:

Acta n.º 4 da sessão ordinária de 15 de Junho de 2002



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

“Penso que houve alguma confusão relativamente á moção apresentada, por parte da bancada da CDU, pelo que ouvi ao Dr. Jorge Lourido. Porque a moção diz respeito única e simplesmente ao cumprimento ou não e á forma como se implementaram as medidas decorrentes da lei das finanças locais. Não tem a ver com outras medidas de financiamento, e é neste contexto da lei das finanças locais, que o Dr. José Luís Cardoso, em nome da bancada do PS, apresentou a moção, pela salvaguarda e receio que esta sanha de pertença poupança, venha a desferir facadas muito profundas numa das coisas mais importantes criadas pelo 25 de Abril, que foi o poder local. E nós com esta moção, que se assume como um pé atrás em relação ás intenções do governo PSD, aceitamos que o representante do PSD não vote favoravelmente, mas a bancada do PS não altera em nada o conteúdo da moção.

Comparando o último quinquénio de governo do PSD com o quinquénio correspondente ao governo do PS, há aqui uma maneira de encarar a descentralização e o respeito pelo poder local totalmente diferente, o governo PSD, limitou-se a fazer aumentos para cobrir a taxa da inflação. No ano de 93 para 94 nem sequer cumpriram o aumento correspondente á taxa de inflação. O aumento que deram foi inferior á taxa de inflação, isto é , em 94 deram menos dinheiro. Se o PS tivesse continuado com a metodologia que tinha o PSD, no ano passado tinham vindo menos 800 mil contos para Évora, porque a verba que foi transferida, compensou todos os aumentos de inflação no quinquénio, e ainda mesmo assim ao abrigo da lei das finanças locais foram quase 3 mil contos por dia a mais. Esta é uma realidade que não pode ser escondida, porque a bem do concelho e não a bem da bandeira erguida pelo PS esta moção devia merecer perto de uma votação unanime.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Jorge Lourido.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Lourido toma a palavra:

“A bancada da CDU tem a certeza, que o município de Évora irá ser fortemente penalizado pela acção deste novo governo. Uma moção deste tipo faz todo o sentido. Não se pode é confundir transferências de competências que foram feitas para as autarquias ás quais corresponderam um aumento de recursos, por um lado, por outro não se pode confundir um bolo global que foi distribuído por todos os municípios com o bolo que coube objectivamente ao nosso município. Pode até ter havido um aumento de 100%, mas se desses 100%, 70% foram para Elvas, Mourão e para diversos sítios, e que logo para Évora veio muito menos. Não vale a pena estarmos a fazer esse tipo de comparação, e por isso, por ter por detrás outra intenção não a podemos votar favoravelmente.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Estevão Bicho.

O Sr. Deputado Municipal Estevão Bicho toma a palavra:

“Em 1º lugar, onde estou em desacordo com esta moção é onde diz: “O PS exige ao governo” se dissesse esta “Assembleia exige do governo” já teria mais de acordo.

Não podemos deixar de parte, que desde há umas dezenas de anos, que têm sido as juntas de freguesia, que têm solicitado a descentralização de competências, porque são as juntas de freguesia que estão mais junto das populações e que sentem mais a necessidade de resolver os problemas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

afectam essas mesmas, e têm necessidade de ter aumento não só de competências mas também de transferências para que os problemas se possam resolver. E posso dizer que o que aconteceu nos últimos 4 a 6 anos, foi uma grande força unanime entre, a associação nacional de municípios, a associação nacional de freguesias dos eleitos de várias forças políticas e muitos independentes, fizeram uma onda solidária para que se exigisse não só do governo, mas também dos Deputados da Assembleia da República, para que se criassem as leis legais, para que dentro dos quadros das competências o governo atribuísse mais verbas às câmaras e também às juntas de freguesia.

Estamos na 1ª sessão de uma Assembleia descentralizada numa freguesia, vamos fazer esforços para que se encontrem as soluções dos problemas, sempre que possível por unanimidade, e nunca começar a partidarizar, conforme está previsto na frase que está escrita na moção : “O PS exige do governo.”

O subscritor da moção faz chegar á mesa a moção com a devida correcção e o Sr. Presidente passa a ler a versão final da moção:

“Entre 1995 e 2001 as transferências financeiras para os Municípios, provenientes dos fundos de Base Municipal, coesão Municipal e Geral Municipal duplicaram.

Tal situação permitiu fazer face, entre outras, á situação até então insustentável de transferir competências para os Municípios, sem um adequado e minimamente exigível enquadramento financeiro compatível com o esforço que tais transferências obrigavam.

Os Governos do Partido Socialista ao duplicarem tais transferências e ao terem criado o Fundo de Financiamento para as Freguesias, agiram na convicção de que só com a dotação dos meios financeiros adequados era possível a consolidação e desenvolvimento de um poder autárquico forte e mais próximo das realidades das populações.

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Évora exige ao Governo que mantenha na mesma progressão as transferências financeiras para os Municípios provenientes dos Fundos referidos e para as Freguesias através do Fundo de Financiamento para as Freguesias.

Espera a Assembleia Municipal de Évora, que às Transferência de competências para os Municípios corresponda uma efectiva transferência de Fundos e que as medidas de restrição anunciadas pelo Governo para os diversos Serviços de Estado não sejam extensíveis às autarquias locais, o que a acontecer determinará o esvaziamento e estrangulamento do poder local democrático.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Bravo Nico.

O Sr. Deputado Municipal Bravo Nico toma a palavra:

“Relativamente á moção apresentada, vou baixar a discussão aqui ao terreno da freguesia de S. Bento do Mato e de S. Miguel de Machede, uma vez que o assunto da escola que foi aqui abordado e suscitado como exemplo de qualquer projecto que não foi concretizado pelo governo, é um bom exemplo para pensarmos com calma acerca da razão que levou á suspensão da construção da escola, que iria até ao 3º ciclo do ensino básico, e que iria abranger as freguesias de S. Bento do Mato e de S. Miguel de Machede. A questão que coloco, é porque é que a escola não avançou? Esta questão de base junta-se a uma outra, que tem a ver com a desactivação de escolas básicas mediatizadas em praticamente todas as freguesias nas quais o número de estudantes, na escola básica mediatizada, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

compreende os 5º e 6º anos de escolaridade está abaixo de 10. Porque é que isto acontece em certas freguesias do Concelho de Évora, e porque é que esta escola básica que estava projectada aqui para a freguesia de S. Bento do Mato e que ia até ao 3º ciclo do ensino básico afinal poderá já não se fazer, esta é que é a verdadeira questão e que entronca perfeitamente naquela questão que está ali em discussão. E resulta de uma política de gestão urbana que foi errada, e que levou ao esvaziamento das freguesias rurais, com excepção de uma, a da Graça do Divor, precisamente aquela onde a política foi ao contrário, foi uma aposta na disponibilização de terrenos para construção urbana. E é por causa de não haver pessoas que as escolas não se fazem ou que se vão fechando.

A questão é porque é que os resultados eleitorais, que são o grande indicador da avaliação que fazem as pessoas do trabalho dos diferentes poderes foram os que se vêem.

Pegando no que o Deputado Jorge Lourido disse relativamente ao desempenho do PS no Concelho de Évora ter sido altamente penalizador, recorro que no Concelho de Évora o PS foi vencedor não só em termos autárquicos, como também em termos legislativos, o que significa exactamente que a população do Concelho de Évora tem um sentimento diferente e fez uma avaliação contrária àquela a que o colega acabou de referir. E porque é que tendo as verbas disponibilizadas para as autarquias, particularmente para a Câmara Municipal de Évora, durante o consulado dos governos PS, aumentaram em cerca de 60% os recursos financeiros, porque é que apesar disso se verificou, que ao nível das freguesias rurais se tivesse verificado a tal desertificação, o tal esvaziamento populacional, o tal perigo das escolas básicas fecharem, a tal suspensão da construção da escola do 1º ciclo, por não haver pessoas. Há qualquer coisa aqui que falhou muito, porque se havia mais dinheiro porque é que se esvaziaram as terras, porque é que não foi feita uma aposta incisiva nas freguesias rurais, como é o caso desta em que nos encontramos e também daquela que eu aqui represento, talvez tenha sido por isso que a população do Concelho de Évora, ao contrário daquilo que afirmou fez com que o PS tivesse vencido não só nas legislativas como também nas autárquicas. Por isso eu penso e concordando inteiramente com o meu colega dos Canaviais, reformulando o texto e colocando aquilo em termos de AM e face á avaliação popular que foi feita do trabalho do PS aqui em Évora, eu peço de facto á bancada da CDU que reconsidere a sua posição inicial, e de acordo com o que foi referido até por um dos vossos colegas se solidarize com esta moção e a vote fazendo sentir de facto ao governo, que neste momento legitimamente governa, que o nosso sentimento é de que esta política que aposta no poder local não pode ser posta em causa.”

O Sr. Presidente passa à votação da moção.

A moção é Aprovada por Maioria, com 21 votos a favor e 11 abstenções

O Sr. Presidente esclarece ainda: “A esta moção será dada a tramitação habitual quanto à publicidade e também será enviada ao Sr. 1º Ministro, pois essa é a intenção de dar a conhecer ao governo.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Raimundo Cabral para fazer uma declaração de voto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Deputado Municipal Raimundo Cabral fez a seguinte declaração de voto:

“Não aceito a acusação, da bancada do PS de que a CDU está numa santa aliança com o PSD. A vida prova que não tem sido a CDU que tem feito alianças com o PSD e a direita portuguesa, quer no Concelho, quer no País, para mal do País e do povo Português.”

O Sr. Presidente dá como concluído este ponto, e ainda no período antes da ordem do dia o Sr. 1º Secretário lê a correspondência do que chegou após o envio da convocatória.

O Sr. Presidente dá ainda a palavra ao Sr. deputado José Luís Cardoso no tempo ainda previsto para o período antes da ordem do dia.

O Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso toma palavra:

“As assembleias municipais, têm como objectivo principal a despesa e a colocação dos problemas que dizem respeito ao município de que essa assembleia emana, também é certo que há situações que embora não sejam directamente reflexo de uma actuação dos poderes locais ou das populações, são decisões nacionais que afectam de maneira séria e grave o interesse de todos os municípios.

É de lamentar aquilo que as medidas do governo, até hoje, já afectaram de forma grave e irreparável o bem estar das populações do Concelho de Évora e de todos os outros. Se não vejamos, para atingir o governo, o PSD para atingir o poder prometeu mais do que em 30 anos alguém prometeu e consegue uma coisa única, num mês refez toda a sua postura de promessas que o levaram ao poder, melhorar o nível das populações baixando o IVA e o IRS e todos os impostos. É evidente que esta promessa aparentemente favorável a todos nós, tinha por detrás diminuir o IRS dos que mais ganhavam, ora isso era grave para a postura que este governo pretende, daí que a maneira mais simples a de aumentar 2% o IVA para toda a gente, tanto para aqueles que ganham 30 contos por mês como para aqueles que ganham 10 mil. Esta é uma promessa que fizeram durante a campanha eleitoral e que num mês fizeram precisamente o contrário. O governo disse que nunca haveria uma nova ponte sobre o Tejo, nunca haveria um aeroporto da OTA, enquanto houvessem listas de espera nos hospitais, um mês e meio depois, os *lobbies* da construção já funcionaram e já há o aeroporto da OTA, ou há uma despesa em cerca de 200 milhões de contos para melhorar o aeroporto de Lisboa, já há travessia do Tejo, já há toda uma série de situações. Despedem-se á volta de 50 mil pessoas, que faz com que alguns hospitais fiquem quase praticamente sem ninguém, ficando apenas com os seus quadros e não podendo funcionar. Portanto é esta a 1ª situação.

Depois foi dito que não haveria despedimentos na função pública, há uma maneira airosa, e é a que o governo tem tido, para os despedimentos. Só em pessoas que são fundamentais para que os serviços públicos funcionem, são cerca de 50 mil os que estão em risco de saírem. Há dias a Sr.^a Ministra das Finanças veio dizer que não são 50 mil, que são 5 mil e 400, ela enganou-se na última vez que disse isto porque qualquer de nós no seu dia a dia verá, nos vários departamentos do estado, quantas centenas de pessoas receberam cartas a dizer que os seus contratos de trabalho não eram renovados. É assim que nós fazemos a renovação da administração pública?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Agora vem uma medida das chamadas meias reformas, tudo isto é demagogia, tudo isto não é nada, é a sequência lógica e já conhecida de ir prometendo para depois nada cumprir, para que dentro de um ano tenhamos, como foi dito há dias por um membro do governo que não havia crise nenhuma porque continuávamos a ser o País na Europa que menor taxa de desemprego apresentava. Eu também posso dizer que somos o País na Europa em que os salários são menores, mas isto nada foi dito. Esta introdução é só para dizer que tempos difíceis nos esperam, e tenhamos esperança naquilo que o Presidente da República disse, que o direito á crispação ou á indignação consiga de qualquer modo que este governo pare e escute, e veja que está no mau caminho, e que está a lesar de maneira grave e irreversível não só o País mas fundamentalmente todos aqueles que trabalham.”

O Sr. Presidente dá início à ordem dos trabalhos.

PONTO 1 - Discussão e aprovação do Regimento.

O Sr. Deputado Municipal Acácio Alferes toma a palavra:

“Queria dizer, que o grupo de trabalho que foi encarregue pela Assembleia para fazer a revisão do Regimento, conseguiu sempre chegar a posições de acordo total nos mais diversos assuntos do Regimento. Pedia aqui que na pág. 16 o n.º 2 do art.º 18.º onde diz “a substituição obedece ao disposto no art.º 13.º” deverá constar “ao disposto do art.º 14º”.

O Sr. Presidente coloca também uma questão á reflexão da Assembleia sem prejuízo de votar o Regimento tal como está:

“A primeira tem a ver com o art.º 34.º, o que o art.º 34.º diz é que os membros da assembleia têm direito de usar a palavra, mas só isso, o que significa que se um dos Srs. Deputados quiser estar aqui a falar durante duas horas seguidas, ninguém o pode impedir. Penso que devia ser aqui introduzida uma regra semelhante ao que acontece na Assembleia da República, isto é, os deputados quando apresentam um ponto de trabalho a discutir têm um determinado período de tempo para o fazer, e depois nas intervenções seguintes têm apenas 3 minutos de cada vez. Sem querer prejudicar o consenso que foi estabelecido e sem querer prejudicar o Regimento tal como ele está, penso que seria de ponderar introduzir algumas restrições deste género.

Devia-se ponderar a fixação de um período da apresentação de propostas por parte de qualquer Grupo Parlamentar, e por parte da Câmara Municipal, sendo este período no máximo de meia hora, e os períodos de intervenção seguintes seriam apenas de 3 minutos, sem prejuízo das pessoas se inscreverem mais do que uma vez.

A outra questão tem a ver com o n.º 3 do art.º 18.º, este art.º diz que quando falta um membro da Assembleia, o pedido de substituição deve ser endereçado ao presidente até 3 dias antes do início da ausência, o que quer dizer que, se amanhã alguém faltar e em vez de entregar a justificação com 3 dias de antecedência a entregar com 2 dias de antecedência face ao Regimento não pode fazer substituir-se, mas a lei permite que se substitua, é o art.º 78º da lei 5-A de 11 de Janeiro de 2002. Se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

alguma vez houver algum conflito e se algum dos Srs. Deputados invocar o regimento, a lei é sempre mais forte do que o Regimento, no entanto se acharem que esta é a maneira mais adequada também não há nenhum impedimento.

A terceira questão para a qual queria chamar a vossa atenção, é para o art.º 33.º que diz que “o período antes da ordem do dia tem a duração máxima de uma hora, podendo ser prolongado por igual período por deliberação da Assembleia sob proposta dos seus membros”. Isto é o que está no Regimento actual, mas julgo que contraria o que está no art.º 86.º da lei 5-A de 11 de Janeiro de 2002. A lei 5-A ,diz que, o período antes da ordem do dia é de uma hora e não admite o seu prolongamento. Mas se acharem que assim como está, está em condições de ser votado podemos passar de imediato á votação.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Jorge Lourido.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Lourido toma a palavra.

“Eu fiz parte deste grupo de trabalho e algumas das questões que aqui foram colocadas foram algumas das quais nós também debatemos, e que analisámos e vimos a melhor forma de as introduzir no regimento, e devo dizer que só quando nós acabamos o trabalho nos chegou a proposta vinda da Associação Nacional de Municípios, que era mais ou menos de acordo com o que tínhamos feito. Houve um consenso generalizado sobre as questões que aqui estão colocadas, e houve apenas uma delas que não foi contemplada aqui, foi a participação do público antes da ordem do dia.

Ficou a estar quase consignado que a intervenção do público seria favorável à Assembleia se acontece-se antes do período da ordem do dia, por oposição nomeadamente dos membros do PS que estavam no grupo de trabalho. O que acabamos por não introduzir isso , e portanto não vamos colocar aqui essa questão para discussão. Apenas queria dar a conhecer à Assembleia essa proposta, porque achamos que a participação do público apenas no final inviabiliza essa participação do público na Assembleia.

A questão dos 3 dias para justificação da falta, pareceu-nos a nós que seria uma forma de dar até algum prestígio à Assembleia Municipal, a falta tem de ter alguma previsão e seguir um conjunto de trâmites que permitam, nomeadamente à mesa da Assembleia, que aquele que vem substituir é o que está imediatamente a seguir. Há aqui um processo que nos parece, que para dar algum prestígio à Assembleia, seria aconselhável os 3 dias.

Relativamente à questão do prolongamento, a lei não impede que haja prolongamento no período antes da ordem do dia, e isso está nas mãos dos membros da Assembleia decidir se querem ou não a questão quanto ao prolongamento, pareceu-me estar a cortar essa possibilidade e impediria uma participação política maior da Assembleia, nós estamos a falar de uma Assembleia Municipal da cidade de Évora, e penso que por isso o período antes da ordem do dia deve ter um peso e uma importância grande nos nossos trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A outra questão que tem a ver com as intervenções, no nosso grupo de trabalho entendemos, tendo em conta a nossa experiência, que nunca tinha sido colocado esse problema e colocá-lo agora seria introduzir qualquer coisa que é estranha e que não faria sentido. O Regimento não é uma questão fechada e são questões que poderão ser alteradas ao longo dos nossos trabalhos. E gostávamos, que os colegas das outras bancadas reflectissem sobre esta questão do público poder participar antes do período da ordem do dia, desde que o prestígio da Assembleia e o prestígio do seu trabalho não fosse prejudicado por qualquer tipo de intervenções que viessem a prejudicar os trabalhos.

O Sr. Presidente coloca em votação o ponto, dizendo que as devidas correcções ao Regimento se poderão fazer ao longo do mandato.

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal João Ricardo.

O Sr. Deputado Municipal João Ricardo toma a palavra.

“Esta minha intervenção não quer que constitua de forma nenhuma algum impedimento á aprovação do Regimento, apenas queria dizer que a Assembleia municipal não é da cidade de Évora, a Assembleia municipal é do Concelho de Évora.”

O Sr. Presidente diz que concerteza o Sr. Deputado Municipal Jorge Lourido queria dizer do Concelho de Évora, e foi concerteza um *lapsus lingue*.

O Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso toma a palavra:

“Nada é imutável, este foi o consenso possível por todas as forças representadas, de qualquer modo se todos verificarmos que há pontos que podem ser alterados, é questão de se fazer uma apresentação de alteração a eles, e de voltar a discutir o problema, dado o Regimento não ser imutável.”

O Sr. Deputado Municipal Acácio Alferes toma a palavra:

“O grupo de trabalho chegou a consenso sobre as matérias, no entanto devo reconhecer que são pertinentes os pontos colocados pelo Presidente da Assembleia, e que nós próprios debatemos com algumas dúvidas ao discutirmos isto. Ao aludirmos agora a estes 3 pontos, concluo que eventualmente na Assembleia se pense que poderá ser útil, em momento oportuno, repensarmos introduzir pequenas alterações, pois penso que são pertinentes as observações do Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente coloca em votação o Regimento. Esclarece ainda que este uma vez aprovado será por ele que nos passaremos a reger.

Aprovado por unanimidade.



Ponto 2 – Informação sobre a freguesia de S. Bento do Mato.

O Sr. Presidente toma a palavra:

“O objectivo de fazer estas reuniões descentralizadas nas freguesias interpoladamente, fazer uma na sede do Concelho outra numa freguesia rural, e assim sucessivamente, visa precisamente permitir que os Deputados Municipais tenham uma aproximação maior aos problemas locais e que possamos relacionarmo-nos mais directamente com a própria freguesia, e também obrigar a estudar melhor os problemas e ter tempo para antecipar algumas soluções para estes mesmos problemas, sem prejuízo eu darei imediatamente a palavra ao Sr. Presidente da Junta, João Ricardo.”

O Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento do Mato, João Ricardo toma a palavra:

“Há pouco na minha intervenção atrás fiz uma exposição geral sobre a freguesia e agora vou concretizar alguns dos pontos que á pouco foram aflorados superficialmente.

Em 1º lugar começo por um dos problemas que nos aflige há já algum tempo, que é o problema dos arruamentos. Esta freguesia já tem algum desenvolvimento e acolhe algumas pessoas que vêm de outros sítios para cá, enquanto há outras que saem daqui para outros lados, a nossa tendência é equilibrar este movimento. Pretendemos que as pessoas que entram sejam tantas ou mais do que aquelas que saem, mas para isso é preciso criar algumas condições na freguesia, e uma das coisas que nos preocupa muito, sendo logo a 1ª, é a questão dos arruamentos. Esta questão dos arruamentos já foi devidamente inventariada e foi entregue já por várias vezes, e agora muito recentemente à Câmara de Évora.

Fazem parte desta preocupação os arruamentos: Rua da Igreja, a Rua do Bairro Novo do Palacete, a Rua do Palacete e a Rua Dr. Álvaro de Sousa Rego.

Outros problemas que também nos preocupam são alguns espaços que também precisam de ser requalificados, por exemplo o largo onde se realizava o mercado, que é o Largo Dr. Barahona, que tem ao lado a Praça de Touros. Esta é propriedade privada e neste momento a Junta de Freguesia está a trabalhar no sentido de se poder arranjar uma solução que viabilize a utilização daquele equipamento, porque fica localizado no centro da freguesia e também porque pode constituir para a própria freguesia uma fonte de financiamento dado que ali se podem realizar vários espectáculos durante pelo menos 9 meses por ano.

O largo envolvente da Igreja de N.ª Sr.ª de Fátima é também um largo que nos preocupa, esse largo tem uma série de equipamentos sociais, tem a igreja, tem a casa mortuária, tem a escola de ensino básico mediatizado, e constitui para nós um ponto fulcral porque é um largo bastante visitado e está subaproveitado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Há nesta freguesia a questão da cultura, do Laser e do Desporto, e dado que estamos aqui na presença da Câmara Municipal é a ela que nos dirigimos. Há um recinto desportivo que neste momento tem as condições mínimas para acolher as práticas desportivas, mas mesmo assim lá se pratica o desporto, neste momento faço um apelo a que se faça um Polidesportivo Descoberto e que de futuro possa ser um polidesportivo coberto, e com um circuito de manutenção junto a esse mesmo polidesportivo.

Outra preocupação é a questão do alargamento do cemitério, porque o cemitério só já tem capacidade para funerais para mais um ano, o terreno está a ficar muito limitado. Esta é uma preocupação que se tem de resolver este ano, para além de que já temos por parte dos proprietários a confirmação de que o terreno para o alargamento do mesmo será cedido gratuitamente, agora é só uma questão de desenvolver o processo para que a Junta de Freguesia em conjunto com a Câmara Municipal permitam a sua concretização.

Uma outra preocupação é de que, nós não pretendíamos que a freguesia crescesse nas courelas mas sim que expandisse o núcleo urbano concentrado, isto é, a partir do seu núcleo urbano houvessem algumas franjas ao seu redor que pudessem começar a ser construídas, isto por duas razões, uma porque para nós é muito mais útil termos o aproveitamento melhor dos equipamentos instalados, porque se construirmos arrumado ao núcleo urbano temos já estradas feitas, as infra-estruturas feitas, como seja a electricidade, os esgotos, a água, a luz, sendo muito mais difícil servirmos as populações dispersas.

Por último, outra preocupação tem a ver com a instalação do parque industrial e que segundo informações recentes, há uma forte aposta por parte dos nossos industriais no investimento nesse parque, gostaríamos muito que esse investimento fosse acompanhado do seguinte: que as fábricas que hoje estão instaladas no centro da vila pudessem ser transferidas para o parque industrial e que esses grandes quintais que hoje são ocupados pelas fábricas de cortiça pudessem ser libertados dessa função para que neles se pudesse instalar habitação com a vantagem de que estão no núcleo urbano, já estão servidos de quase todas as infra-estruturas e aí o investimento seria o mínimo e os proveitos seriam o máximo.

Deixo assim, desta forma algumas das que são as nossas pretensões para a nossa freguesia, esperando que algumas destas propostas sejam respondidas.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Francisco Pândega.

O Sr. Deputado Municipal Francisco Pândega toma a palavra:

“Eu vou falar de agricultura que é sempre um problema difícil de falar. O que mais me chocou nesta vila foi ali por trás da igreja um terreno vasto a perder de vista, e a falta de uma área de transição entre o mundo urbano e o mundo rural. De uma forma geral os autarcas estão mais concentrados na parte urbana do que na rural. Mas entendo que se existisse uma área de transição entre o mundo rural e o mundo urbano, com as imensas courelas que complementassem a actividade da vila, talvez os problemas que hoje aqui existem não fossem tão graves. Uma aldeia rural não passa de um bairro de residência se não tiver um espaço rústico que complemente a actividade urbana. Talvez formando uma comissão que evocando um direito de opção, de proceder a uma possível incorporação nestes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

terrenos, que afinal estão á margem da população na vida colectiva desta sociedade, reconheço que é uma utopia mas podia-se fazer qualquer coisa.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado José Luís Cardoso.

O Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso toma a palavra:

“A Azaruja é aquela freguesia que é mais atractiva para as pessoas habitarem, a Azaruja está a 17 Km de Évora, no entanto há dezenas e dezenas de pessoa que querem fazer aqui a sua casa, mas não há um palmo de terreno para que isso possa acontecer, e penso que a Câmara Municipal de Évora está numa revisão total de todo o problema, de criar objectivamente condições para que não aconteça aquilo que está a acontecer em todas as aldeias do Alentejo.

Colocaria ao Sr. Presidente da Câmara a seguinte questão, que quando for abordado o problema da Azaruja nos problemas de urbanização e nos problemas de terreno, fosse pensado seriamente em criar condições para que haja uma disponibilidade de terrenos na Azaruja para que as pessoas se possam fixar, e 10 anos depois estou convencido que a Azaruja teria o dobro dos habitantes que tem hoje se assim já tivesse sido o procedimento que aqui proponho.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Estevão Bicho.

O Sr. Deputado Municipal Estevão Bicho toma a palavra:

“Quero dizer que os problemas que afectam a Azaruja afectam os Canaviais, e afectam muitas outras freguesias. Conheço alguns dos problemas que afectam a Azaruja, e vejo com preocupação espaços públicos e patrimoniais estarem degradados, e muitas das vezes os nosso munícipes acusam em 1º lugar o presidente da junta por não zelar por esse espaço, é pena porque os nossos munícipes não sabem as dificuldades que nós temos para fazer melhor do que fazemos.

Temos uma Lei de competências para as freguesias, mas infelizmente esta lei dá-nos muitas competências mas poucos meios financeiros, e levarei, se fosse possível, para ficar mais bem informado da freguesia de S. Bento do Mato, a informação de quantos habitantes tem a Azaruja, quantas ruas tem, e quanto recebe de fundo de financiamento do governo, isto porque eu creio que muitas das vezes a gente acusa os governos, as câmaras e eles cumprem as leis, e as leis são feitas na Assembleia da República com os nossos deputados, e o que acontece é que as leis conforme estão feitas para as freguesias muitas das vezes estão a punir determinadas freguesias em relação a outras, e temos de ver com muita atenção a forma de resolver esta situação.

Lançava aqui o desafio para que isto fosse estudado, e que deixasse de haver a designação de freguesia rural e freguesia urbana, eram todas freguesias de um determinado Concelho neste caso do Concelho de Évora.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Para terminar queria dizer que se tivéssemos mais descentralização de competências e meios financeiros, não só do governos mas também por parte da Câmara concerteza que resolveríamos mais depressa determinados problemas do que por vezes eles são resolvidos.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal João Ricardo.

O Sr. Deputado Municipal João Ricardo toma a palavra:

“A minha intervenção foca-se em duas partes, a parte urbana e a parte Rural. Nós aqui na Azaruja não temos o problema da expansão dado que, não temos nenhuma objecção por parte do proprietário a essa expansão. Esse mesmo proprietário ofereceu-nos o terreno para a expansão do cemitério, no entanto o que é grave para nós, é termos um núcleo rural com habitação muito dispersa que não nos permite fazer uma intervenção tão boa quanto desejável, pois quem vive nas courelas da Azaruja não tem as mesmas condições de quem vive no centro da vila. Nós temos algum estrangulamento de ordem financeira, e nós estamos numa freguesia que é penalizada pela sua área, estamos na freguesia rural com mais população do Concelho, e se compararmos do que esta freguesia recebe do Fundo de Financiamento às outras Freguesias, verificamos que esta é penalizada.

Esta freguesia pretende que o factor que contribui para o desequilíbrio seja corrigido. A freguesia de S. Bento do Mato é a freguesia com mais população no Concelho mas mais pequena na área, e isso faz com que nós percamos muito dinheiro em relação a outras freguesias com maior área. Há freguesias que recebem o dobro do que esta freguesia recebe com metade da nossa população. E nós sabemos que onde se gasta mais dinheiro é com o núcleo urbano, isto pode-se resolver, se nós freguesias rurais nos juntassemos e elaborassemos um documento, que transmitisse sobre em que é que nós freguesias rurais estamos prejudicadas. Não se pode penalizar uma freguesia pela sua área.

Gostaria que se fizesse a fixação das pessoas aqui, não gostaria que as pessoas viessem apenas cá dormir, mas sim que vivessem cá. Relativamente aos cidadãos que vivem na parte rural está a fazer-se um esforço para melhorar todas as acessibilidades, no entanto á investimentos que não se conseguem fazer por falta de meios financeiros.

Deixo aqui o apelo no sentido de que nós freguesias rurais elaboremos um documento, que possa de alguma forma contribuir para que este factor que hoje é de desequilíbrio possa ser de equilíbrio na questão dos financiamentos das freguesias, e depois faço um apelo para que a população em conjunto connosco e com Câmara de Évora, possa encontrar soluções viáveis para darmos qualidade de vida aos cidadãos do nosso Concelho, em especial aos cidadãos das nossas freguesias quer das rurais quer das urbanas.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da CMÉ toma a palavra:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

“Em 1º saúdo a iniciativa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e da assembleia em dar concretização por esta via àquilo a que foi um compromisso assumido, que se traduz na realização descentralizada das reuniões da Assembleia Municipal, que julgo ser inédita. Saudava em 2º lugar o Sr. Presidente da junta e todo o seu elenco executivo e os membros da assembleia de freguesia, e por seu intermédio, Sr. Presidente, queria cumprimentar todos os Azarujenses que tanto têm trabalhado pelo prestígio da sua terra, e que tantas manifestações e tantas provas têm dado, de empenho no desenvolvimento sustentável e na solidariedade interna a esta freguesia. Por seu intermédio Sr. Presidente da Assembleia quero transmitir a toda a população da Azaruja o dever de cumprimento da Câmara Municipal de Évora do seu Presidente e de todos os elementos da Câmara, e nesse sentido o nosso compromisso de tudo fazermos para que a Azaruja continue a ser uma freguesia de sucesso e de progresso que todos os Azarujenses merecem.

Passava agora a responder às suas questões As questões que o Sr. Presidente da Junta apontou, nenhuma foi novidade para a Câmara Municipal porque previamente já tínhamos feito uma visita de trabalho, como estamos a fazer a todas as freguesias do Concelho, nas quais procuramos reunir com as juntas e todas as entidades representativas dos vários sectores de actividade económica e social.

Os pontos apontados pelo Sr. Presidente da Junta correspondem a necessidades às quais a Câmara Municipal irá em colaboração com a junta e com outras entidades, dar resposta ao longo do mandato. É evidente que temos de dar respostas atempadas a 19 freguesias do Concelho, com uma população que ronda os 60 mil habitantes e num quadro que não é muitas vezes fácil de encontrar os meios necessários para que essas intervenções possam ser feitas.

O nosso compromisso para com todas as freguesias é de que estes problemas ao longo do mandato sejam focados.

Vou referir um a um, todas as questões que o Sr. Presidente da Junta suscitou.

Em 1º lugar o sistema de águas e esgotos da Azaruja apresenta deficiências muito sérias, e que é uma preocupação central da Câmara Municipal, pusemos a bombagem do novo depósito de água a funcionar e de imediato se revelaram insuficiências graves na estrutura de água e saneamento, com roturas sucessivas o que nos preocupa e nos faz ter como prioritária a intervenção na rede de águas e saneamento da Azaruja, que precisa ser completamente recuperada, estando o projecto dessa intervenção numa fase conclusiva e permitindo dessa forma resolver um problema central que é o problema da infra-estruturação básica daquilo que muitas vezes os olhos não vêem mas que a qualidade de vida das populações sente.

É todos poderem ter em casa água de qualidade em quantidade e saneamento básico, que garanta uma vida de qualidade e uma protecção ambiental em que todos estamos interessados. Esta questão está já no plano de actividades deste ano. O projecto está em fase de ultimate e dará origem a uma candidatura dos fundos comunitários no âmbito de ser um problema municipal de águas e abastecimentos e esperamos este ano ainda entrar em obra com esta iniciativa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Relativamente às duas realidades distintas das pavimentações, de ruas que nunca foram pavimentadas, e das repavimentações, ruas que já foram pavimentadas e que necessitam de recuperar o seu pavimento. Em termos de gestão, não se vai repavimentar ruas que ao fim de três meses se vai esburacar para se mexer nas águas e nos esgotos. As repavimentações onde se prevê que vá haver intervenção nas águas e nos esgotos serão feitas secundariamente á recuperação das águas e dos esgotos.

Os nossos serviços estão a preparar uma escala de prioridades nas 19 freguesias do município, para entrar em força com o programa de repavimentações que está inscrito no nosso plano de actividades para este ano.

Ainda no caso das pavimentações, há algumas que não são meras pavimentações, e que são em lugares muito importantes da freguesia, é o caso da Rua Cândido dos Reis, da Rua Francisco Ferreira, da Rua atrás das Escolas, da Rua José Perdigão e da bermas do Parque Industrial, portanto tudo isto são situações que a remodelação das águas e esgotos irá determinar a sua organização.

No que respeita aos espaços envolventes, sendo a Igreja de N^a Sr.^a de Fátima, naquele espaço que é confinado pela escola e todo o espaço envolvente da igreja precisa de um projecto de organização de todo o espaço exterior que não é mera repavimentação, e isso está a ser feito pelos serviços e a recuperação urbanística daquele espaço, já que não queremos apenas colocar alcatrão, queríamos que também fosse qualificado sob o ponto de vista da arborização de alguns bancos de jardim, uma iluminação de acordo com a importância que o espaço tem.

As pavimentações do Bairro Novo do Palacete, da Rua do Palacete, da Rua da Igreja Nova e da Rua Álvaro de Sousa Rego, estão neste momento a ser alvo de projecto em fase de ultimate dos serviços, estão previstas para o plano de actividades deste ano.

A questão do alargamento do cemitério da freguesia é um projecto que sabemos ser uma necessidade urgente, e está neste momento a ser analisado.

Há um programa no plano de actividades da Câmara Municipal para alargamento de cemitérios, e o da Azaruja está contemplado. A questão dos caminhos rurais, é uma questão particularmente importante, há um programa no Ministério da Agricultura que permite o financiamento deste tipo de intervenções, para que isso seja possível é necessário também que haja projectos, projectos esses que estão a ser ultimados.

A iluminação das courelas, já que é uma zona de grande dimensão sob o ponto de vista habitacional, e que é necessário que com a recuperação de caminhos, que a iluminação seja reforçada nestas zonas. Existe o problema de fazer o reforço da água, de captação própria ou esticando a rede de abastecimento á Azaruja, mas há um problema de abastecimento de água às populações das courelas, e nós queríamos também resolver.



A questão da iluminação do campo desportivo que o Sr. Presidente da junta não referiu, mas que nós na visita de trabalho nos comprometemos, estamos apenas á espera do material que já foi encomendado. O reforço da iluminação do campo desportivo vai ser feito rapidamente permitindo que em Setembro, que é quando começa o campeonato que o Grupo desportivo da Azaruja disputa, este aspecto esteja resolvido e que haja a possibilidade de treinos e de jogos nocturnos no campo de futebol da Azaruja.

O projecto de expansão da zona desportiva, com a criação do Polidesportivo coberto ou de outro equipamento desportivo, que se mostre adequado ás necessidades da Azaruja, é um projecto que vamos encomendar ao GAT de Évora, que tem experiência na produção de equipamentos desta natureza. Uma das preocupações que também está a ser analisada em fase de projecto na Divisão de equipamento urbano e ambiente, é o projecto de requalificação ambiental e urbanística em termos de paisagem, já que sabemos ser da vontade do Sr. Presidente da Junta, como espaço polivalente onde para além de espaço de lazer também fosse possível acolher algumas manifestações económicas como os mercados e a feira. Há que requalificar todo o espaço envolvente da praça de touros que é o largo Barahona, e gostaríamos que em conjunto com o proprietário da Praça de Touros se inicie o processo conducente á sua recuperação, dado ser um património secular desta terra e ocupa um lugar privilegiado no centro da Azaruja e como tal a Câmara Municipal tudo fará para a sua recuperação.

No que respeita a um outro assunto que o Sr. Presidente da Junta aqui não referiu, e que os serviços da Câmara Municipal de Évora estão a preparar, tem a ver com um plano de mobilidade urbana no que respeita á circulação nas ruas da Azaruja, é problema grave devido ao atravessamento das ruas por camions pesados que se dirigem para as fábricas de cortiça, e isso obriga a que esses camions se encostem demasiado ás beiras das casas, sabemos o que isso prejudica em beirados e na insegurança que causa às populações.

Está em fase de ultimação um plano de sinalização e de reordenação do trânsito no centro urbano da freguesia. É obvio que tudo isto melhoraria, se uma parte significativa deste peso que o transporte destes camiões pesados com cortiça que circulam pelas ruas da freguesia deixasse de circular. Quando o parque industrial estiver desenvolvido e tiver pronto para acolher uma parte significativa dessa cortiça, isso irá pela sua excelente localização diminuir esse trânsito dentro da Azaruja.

Há um projecto da criação de uma circular que liga directamente o parque a outra estrada, nomeadamente a S. Miguel de Machede para que este prejuízo possa ser evitado.

E aqui faço a ponte para a questão da oferta de Lotes de habitação. O problema da habitação é um problema generalizado a todo o Concelho de Évora, é um problema que está presente, e concedemos prioridade á revisão do plano director municipal e do plano de urbanização que de acordo com a lei só pode ser revisto a partir de Março de 2003. Nesse plano de urbanização, há uma preocupação de criar zonas de expansão urbana significativas para que a oferta possa regular o mercado constituindo com isso uma forma indirecta, mas objectivamente reflectida no custo da habitação criando condições para que a oferta de lotes de terreno para habitação aumente e que os custos da habitação por essa via possam vir a diminuir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No caso concreto da Azaruja, existe dentro do núcleo urbano, áreas que estão devolutas ou que estão subaproveitadas. A Câmara tudo fará para obter o seu melhor aproveitamento. E que com ofertas competitivas sob o ponto de vista económico, as jovens famílias possam iniciar a sua vida na Azaruja.

Quero lançar um apelo a todos os proprietários desses terrenos devolutos do perímetro urbano da Azaruja, que com a oferta que hoje existe no parque industrial, se vá de uma forma progressiva loteando esses terrenos.

Por último, queria falar-vos de que existem outros planos, e que em parceria com as juntas de freguesia queremos desenvolver, nomeadamente o plano de arborização do Concelho de Évora, e para isso temos um compromisso da replantação de árvores no Concelho, e gostávamos de conhecer as propostas das juntas de freguesia naturalmente auscultando a população, de indicar os locais mais indicados para se a reforçar a plantação de árvores no nosso município e nomeadamente na freguesia da Azaruja.

Outro plano que tem abrangência em todo o Concelho, é o plano que prevê a recuperação de todas as escolas primárias do nosso município, garantido está já para obras de preservação a nível de telhados, de caixilharias, de janelas casa de banho e ajardinamentos, para que possam ser mais acolhedoras para as nossas crianças.

Por último, um problema que já foi aqui citado, e que tive ocasião numa reunião que tive na Câmara Municipal com a Provedoria da Santa Casa da Misericórdia, dizer que a CME vai encontrar uma forma legal que permita desbloquear a situação da construção do lar, de alguns quartos para a continuação da acção meritória que a Santa Casa da Misericórdia da Azaruja já desenvolve em torno do seu Centro de Dia, e que hoje os idosos tiveram oportunidade de manifestar o interesse nessa mesma construção.

Sem procurar ser exaustivo são estas linhas de intervenção para a Azaruja, adiante na informação que eu como presidente da Câmara que tenho de prestar á Assembleia acrescentarei alguns pormenores que ajudaram a perceber melhor não só a calendarização destes projectos que estão em curso, como também o nosso compromisso e o nosso empenho para que eles sejam concretizados. Este é um plano que será de execução imediata, deste ano mesmo, mas temos de nos lembrar que este é um plano para ser executado ao longo do mandato, e aquilo que é o nosso compromisso é de que ao longo destes anos iremos concretizando todas estas pretensões, até porque isso é merecido por uma população laboriosa, trabalhadora, de gente séria e que desenvolve o seu trabalho em nome do progresso e do amor que tem á sua terra e que uma vez mais através de si Sr. Presidente da Assembleia queria saudar.”

O Sr. Presidente dá por concluído o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, e antes de entrar no Ponto 3 o Sr. Presidente faz uma interrupção dos trabalhos por 10 minutos.



PONTO 3 - Eleição de três Presidentes de Juntas de Freguesia, e Eleição de vinte cidadãos, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança.

O Sr. Presidente da Assembleia dá início o Ponto 3 da ordem de trabalhos, e passa a esclarecer: “Este ponto tem a ver com a eleição de três presidentes de junta de freguesia e a eleição de 20 cidadãos para integrarem o Concelho Municipal de Segurança. Como certamente sabem trata-se de actualizar o Concelho Municipal de Segurança que foi instituído pela lei n.º 33/98 de 18 de Julho e de que foi elaborado e aprovado o respectivo regulamento em Maio de 2001. Na sequência da aprovação desse regulamento, trata-se em função das últimas eleições autárquicas, em que houve a cessação de mandatos de diversos autarcas, de actualizar a composição deste órgão designadamente naquilo que diz respeito á representação do poder autárquico ou no que o poder autárquico designa, já que há um conjunto de outros membros que estão pela sua natureza instituídos, como seja o representante do Ministério Público, os Comandantes das Forças de Segurança, o representante do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, representantes de instituições privadas de solidariedade social, de sindicatos ou de organizações empresariais, etc.

Está aberta a ordem de trabalhos relativamente a apresentação de propostas para esta eleição.”

O Sr. Presidente dá a Palavra à Sr Deputada Municipal Luísa Baião.

A Sr.ª Deputada Municipal toma a palavra: “No antigo regulamento o presidente da junta de freguesia da Malagueira estava representado, mas eu tinha a seguinte proposta a fazer: Pedia um adiamento deste ponto para a próxima Assembleia porque penso que havia algumas alterações a fazer, nomeadamente no artigo 4º alínea b), que diz que a representação seria feita por três presidentes das juntas de freguesia a designar pela Assembleia Municipal. Eu penso que deveriam estar representados todos os presidentes das juntas de freguesia, isto porque ninguém melhor que os presidentes das juntas de freguesia para conhecer a realidade das populações. Em relação ao artigo 4º alínea j), que refere que deviam estar representados até 20 cidadãos de reconhecida idoneidade nomeadamente pais e educadores, eu acho que deveriam ser contemplados representantes de algumas minorias, porque ninguém melhor que os seus representantes conhece a realidade, e é diferente de qualquer de nós concerteza. Eu deixo á consideração dos meus caros colegas.”

O Sr. Presidente da Assembleia toma a palavra: “O que a Sr.ª Deputada Municipal propõe é o adiamento deste ponto e o seu agendamento na próxima sessão da Assembleia Municipal com duas alterações do regulamento, e só depois a eleição das pessoas consoante essa alteração.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso toma a palavra:

“Eu percebi o que disse a Sr. Deputada Municipal Luísa Baião sobre os representantes das minorias, mas esse representante das minorias seriam representados por instituições ou por elementos dessas minorias a identificar ainda? Não estou a ver bem como é que se vão buscar representantes dessas minorias se eu desconheço quem são essas minorias, gostava que ficasse melhor esclarecido.”

O Sr. Presidente da Assembleia solicita á Sr.^a Deputada Municipal que esclareça a sua proposta.

A Sr.^a Deputada Municipal toma a palavra:

“considero que há minorias em que eles próprios são quem melhor têm conhecimento dos seus problemas, por exemplo os ciganos que tem conceitos muito próprios de vida e que muitas vezes nos passam ao lado, estou a lembrar-me dos trabalhadores de Leste e que desconhecemos as suas realidades, e outras minorias como os deficientes, e penso que neste grupo de trabalho os poderemos inserir dentro deste número de 20 pessoas, aqueles que esta Assembleia na proposta que iremos discutir a seguir consideremos de mais utilidade.”

O Sr. Presidente da Assembleia conclui sobre a proposta da Sr.^a Deputada:

“O que a Sr.^a Deputada quer dizer é que, para dar seguimento a essa mesma proposta se teria que alterar primeiro o Regulamento, e depois tratava-se de eleger ainda os 20 cidadãos.

A proposta que faço é a seguinte: como se pretende que estes 20 cidadãos sejam as personalidades do Concelho que melhor possam desempenhar essa função, e não me parece muito correcto que cada grupo parlamentar vá convidar 20 pessoas para depois se entrar numa lógica de votação, em que entram os meu 20 em detrimento dos teus 20, o que pode até ser ofensivo e humilhante para quem foi convidado, portanto o que eu proponho é que para a escolha destes 20 cidadãos que se constitua um grupo de trabalho representando todos os partidos políticos, para que estabeleçam um consenso á volta das 20 pessoas, para que quando as pessoas viessem a ser convidadas tivessem a certeza de que iriam aqui ser votadas, para evitar uma situação de humilhação pessoal. Se a Sr.^a Deputada aceitar este aditamento á proposta digamos que sugeria que assim se procedesse.”

A Sr.^a Deputada Municipal aceita a proposta tal como o Sr. Presidente da Assembleia sugeriu.

O Sr. Presidente dá a palavra á Sr.^a Deputada Municipal Mafalda Troncho.

“A minha sugestão é meramente metodológica, no seguimento do que foi a sua, é se esse grupo de representantes dos diversos partidos políticos da Assembleia Municipal, também se poderia pronunciar sobre as alterações necessárias ao regulamento que já existe para esta indicação, e assim abreviamos aqui a discussão em relação a pequenas alterações que podem chegar a consenso nesse grupo de trabalho.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal José Palma Rita.

O Sr. Deputado Municipal Palma Rita toma a palavra:

“Concordo perfeitamente na constituição desse grupo de trabalho porque se não dificilmente sairemos deste mandato com algum regulamento aprovado sobre isto, até porque no próprio decreto lei fala sobre um conjunto de representantes das áreas do município, por exemplo ligados ao meio da assistência social, até há algumas áreas em que aqui na Assembleia existem alguns representantes, mais os presidentes das juntas de freguesia que também as conhecem.

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Jorge Lourido, mas antes faz uma sugestão: “Uma vez que os presidentes de junta passam de três para 19 com mais 20 cidadãos passa-se de 23 para 39, então como a lei fala até 20, não é necessário que sejam 20, podem ser até 8 ou até 10, deve-se ponderar esse número tendo em conta o acréscimo que se faz relativamente aos presidentes de junta para não tornar o grupo de tal modo extenso que depois se torne mais difícil geri-lo.”

O Sr. Deputado Jorge Lourido toma a palavra.

“A minha ideia é que vendo esta proposta, ela só poderá ser consubstanciada depois da alteração do regulamento, então o que é importante fazer é constituir esse grupo de trabalho tendo em conta as sensibilidades aqui da Assembleia, e á semelhança daquilo que foi constituído para o regimento poderá ter uma composição de 4 elementos do PS, 2 da CDU e 1 do PSD. Ponderando também essas questões do funcionamento de um órgão com um número tão grande de pessoas, se esse grupo chegar a acordo de que são mais de vinte pessoas muito bem, se chegar a acordo de que são menos tudo bem.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Nuno Lino.

“Queria esclarecer o que pensamos em relação às minorias, e para complementar a alínea j) do art.º 4.º deste regulamento que diz o seguinte: Até 20 cidadãos de reconhecida idoneidade a designar pela Assembleia Municipal devendo ter a escolha em conta organização de pais e de estudantes.

O que nos parece é que a escolha para além de ter em conta as organizações de pais e de estudantes deverá ter em conta as minorias, e é nesse sentido que se baseia a nossa proposta.”

O Sr. Presidente diz que: “a intervenção do Sr. Deputado Nuno Lino se insere na imediatamente anterior e pensa que se pode passar a consensualizar á volta desta proposta, e trata-se de constituir um grupo de trabalho que teria uma composição com a mesma proporcionalidade anterior, 4 representantes do PS, 2 da CDU e 1 do PSD, e que cada uma das bancadas nos indicará o mais depressa possível, ficando o grupo maioritário incumbido de marcar as reuniões.

O que proporia para a próxima Assembleia era a aprovação do novo regimento, e na sequência disso podiam-se discutir os nomes, para que, e uma vez segundo a lei este órgão deverá reunir trimestralmente, como a próxima sessão será extraordinária e que passo a dar conhecimento que em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

principio será em Julho, onde poderemos agendar também este ponto. Se este ponto não for em Julho, como a próxima reunião ordinária é só no mês de Setembro, corremos o risco de todo este ano este grupo não reunir, e como se tratam de razões de segurança seria muito mau isso acontecer. Pode acontecer alguma situação anómala e seria muito negativo que algumas questões não fossem ponderadas por inexistência da constituição deste grupo.

Solicito a cada uma das bancadas que até ao final da sessão, façam chegar á mesa o nome das pessoas que vão integrar este grupo. Havendo consenso sobre a proposta, passava de imediato á sua votação. Em suma a proposta é a constituição de um grupo de trabalho com a composição que acabei de referir, cujo mandato é apresentar uma proposta de alteração do regulamento até á próxima reunião da Assembleia, e de preferência trazer uma lista consensual com o número de cidadãos até 20 para serem votados em Julho.”

A proposta foi Aprovada por unanimidade.

PONTO 4 - Informação do Presidente da C.M.É. sobre a actividade da Câmara.

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da CME toma a palavra:

“A informação da actividade da Câmara Municipal faz parte da lei das atribuições e competências de cada um dos órgãos, e compete ao presidente da Câmara Municipal fazer esta apresentação, que por uma razão de economia de tempo vou tornar o mais telegráfica, é claro que não perdendo com isso a dignidade que a Assembleia me merece.

Penso que pela sua importância, se destaca em primeiro lugar na actividade desenvolvida durante este tempo, a preparação que envolveu todos os serviços da Câmara Municipal numa parceria muito alargada com as juntas de freguesia e instituições culturais e desportivas, e associativas de todo o Concelho, nas comemorações do 28º aniversário da revolução do 25 de Abril. Estas comemorações tiveram um formato diferente do que era habitual, procurou-se poupar a Praça do Geraldo como é decisão deste executivo levar por diante, poupar a Praça de Geraldo á concentração de eventos que obriguem a montagem de palcos, de forma que para além da decisão de transferir para o Largo das Portas de Moura e para o Jardim Público a parte mais significativa dessas comemorações, traduz por um lado essa intenção e por outro a intenção de animar outras zonas da cidade. Proponho já para que no próximo ano estas comemorações possam ser descentralizadas também para as freguesias, para que de uma maneira mais ou menos rotativa as freguesias possam conhecer anualmente, as comemorações de uma data tão importante para o povo Português, para o País e também para o poder local democrático como é o 25 de Abril.

Gostaríamos de transformar esta festa numa festa de natureza popular, em que a população de todas as idades e de todos os estratos sociais se revissem, comemorando uma data que não é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

efeméride mas que é sim um momento, de reflexão sobre a democracia, sobre o estado democrático e sobre o aperfeiçoamento necessário que todos em cada momento nos devemos empenhar. Por forma que, as comemorações correram com uma participação popular deveras muito significativa, quer na noite de 24 quer no dia 25 e penso que muitos dos que aqui estão tiveram a possibilidade de se associar a essas comemorações e sentirem esse ambiente solidário mas de significado profundo sobre o que representou o 25 de Abril.

Não deixa de ser significativo também o esforço de implementação da feira de S. João, que obrigou á demolição dos pavilhões do Rossio de S. Brás, demolição essa que foi ocasionada pela proximidade da realização da feira de S. João e também pelo esforço de requalificação daquele Rossio, que aliás até já está encomendado o projecto de requalificação urbanística de todo o Rossio, que a seu tempo será submetido a debate público e a um concurso de ideias sobre a melhor forma de utilizar aquele espaço, dentro de parâmetros que são para nós prioritários na valorização do mesmo e da cidade e do Concelho.

Essa acção de demolição do Rossio de S. Brás foi realizada sem qualquer custo para a Câmara municipal, apenas tivemos o custo do transporte que foi quase simbólico. Os elementos que foram desmontados daquela estrutura, foram encaminhados para a fundição como sucata a custo zero, isto é o custo que o comprador aplicou na compra daquelas infra-estruturas foi o mesmo que aplicou na desmontagem das mesmas. Para a Câmara Municipal apenas se pagou o transporte daquelas infra-estruturas o que rondou os mil contos. Não é nossa intenção a acção da demolição pela demolição, a acção da demolição integra-se no quadro de requalificação do Rossio de S. Brás, como é nosso compromisso.

Queria ainda salientar que o facto de termos um rali todo o terreno em Évora, que significou o esgotar quase a 100% das unidades hoteleiras do nosso Concelho durante cerca de uma semana. Não foi a realização da mesma que foi o sustentáculo primeiro para a demolição dos pavilhões do Rossio, já que foi aí que ficaram as operações ligadas á manutenção, á fiscalização e ao estacionamento desportivo da prova, não foi isso mas sim a realização da feira de S. João.

Queria aproveitar para esclarecer alguns pontos relativos á feira de S. João A feira de S. João está a ser realizada numa parceria entre a Câmara Municipal, a Associação Comercial de Évora e a Associação Nacional de Jovens Empresários do Núcleo de Évora, que traduz para a Câmara Municipal de Évora a possibilidade de reforço da presença das entidades locais, nomeadamente dos agentes económicos na concretização deste projecto, e que uma vez mais a preocupação da boa gestão dos dinheiros públicos nos leva a garantir perante a Assembleia, de que toda a feira do empreendedor onde vai ficar alojada a possibilidade de exposição e de comercialização e de apresentação de toda a actividade económica, não vai ter qualquer entrada paga em nenhum dos seus eventos.

A feira sofreu um processo de reordenamento, que visa a sua qualificação e que julgamos que vai ser conseguida, para que a mesma possa permitir um contacto com a população no âmbito das actividades da feira, num espaço mais amplo e mais qualificado, e isto tem sido conseguido de uma forma pacífica e muito urbana, como é próprio dos leilões para contemplar o acesso aos terrenos, ficam mais satisfeitos uns, e outros menos satisfeitos. Nunca em momento algum ultrapassou as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

normais relações de cordialidade, entre a Câmara Municipal e o seu Presidente e todos os agentes económicos que ali encontram possibilidades de desenvolver a sua actividade.

Para concluir queria dizer que a feira de S. João tem acoplado um programa de iniciativas culturais, que passam por exposições, animação de espaços fora do recinto da própria feira, três palcos onde vai haver actividade diária com mobilização dos agentes culturais do nosso Concelho, nomeadamente e porque estamos na sede do GURA, uma das instituições importantes do plano da animação através das bandas filarmónicas, as bandas filarmónicas do Concelho de Évora são um dos agentes que irão participar na animação destes mesmos palcos. Artistas locais, desde o Departamento de Artes da Universidade de Évora, dos fadistas e grupos de animação cultural, as próprias associações terão o seu acesso disponibilizado graciosamente para poderem desenvolver as suas actividades tradicionais, nomeadamente as representações institucionais, e também as tasquinhas que vamos localizar este ano na chamada Horta das Laranjeiras. Apenas a limitação do espaço faz com que exista ainda um problema, a procura ser maior do que a oferta, isto é, vai haver algumas instituições que por sorteio, sorteio esse realizado na presença de todos, irão não poder concretizar a sua presença na feira de S. João porque o número de Instituições que procura estar na feira de S. João é muito superior á capacidade de oferta, mas não será inferior àquela a que foi no ano passado.

Por último, foi dado carácter prioritário ao posto de turismo que se encontra na Praça do Geraldo , de forma a que este Verão, venha aumentar a capacidade de acolhimento turístico e a qualidade desse acolhimento, o posto de turismo da Praça de Geraldo está previsto ser inaugurado no dia 22 deste mês, integrando essa inauguração o programa das festas populares da cidade de S. João e S. Pedro, inauguração essa a que estão desde já convidados todos os Órgãos municipais.

Da actividade de cada um dos serviços, durante este período de tempo assinou-se o protocolo que envolve seis Câmaras do nosso Distrito, com a empresa pública Águas de Portugal, para a concretização do sistema multimunicipal de águas e abastecimento que vai permitir um investimento poderoso na resolução de problemas de água e saneamento a nível do nosso Distrito e em particular do nosso Concelho. Será com base neste protocolo que se complementarão intervenções que já foram feitas para reforço da capacidade de abastecimento de água, nomeadamente entrada em funcionamento de um novo grupo de electrobombas nos poços da Graça do Divor e a melhoria da capacidade de tratamento de água na estação de tratamento da Barragem do Monte Novo. Prevê-se a entrada em projecto da construção da nova adutora do Monte Novo a Évora, cumprindo aquilo que é uma necessidade óbvia, de uma nova capacidade de adução á cidade, que também como é óbvio irá aumentar a sua capacidade de adução de água desde a estação de tratamento até á cidade e á rede de distribuição do nosso município. Neste aspecto, é relevante dizer que durante a feira de S. João vai ser lançada uma campanha que pretende suscitar a compreensão de todos os munícipes para a necessidade de gerirmos de forma criteriosa o recurso escasso que é a água no nosso Concelho e não só. É uma campanha suportada com cartazes, com pedidos á população, com regras que se recomendam á população.

A própria Câmara Municipal está a reforçar a captação e a abrir furos nomeadamente no Jardim público, abrindo poços, de modo a que a rega possa poupar a água que é essencial para o consumo humano. Por forma que, esta campanha vai ser lançada e toda ela já foi preparada no âmbito da cooperação com a empresa Águas de Portugal. Ainda por iniciativa dos órgãos da autarquia,

Acta n.º 4 da sessão ordinária de 15 de Junho de 2002

29



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

nomeadamente a Câmara Municipal e o seu executivo, foi assinado um protocolo que constitui uma unidade de trabalho Évora/Mérida dando sequência a um trabalho que já vinha a ser desenvolvido pelo executivo anterior e que agora foi concretizado. No âmbito dessas relações internacionais, a Câmara de Évora por unanimidade decidiu aderir como socio-colectivo á Associação Casa do Alentejo em Toronto no Canadá, e também já está decidido por unanimidade a adesão a uma rede de cooperação de cidades de cultura, que envolve um conjunto vasto de cidades Europeias e na qual o Concelho de Évora tende por objectivo ser parte integrante da rede cidades de cultura e património da Europa, e para sermos competitivos nessa matéria entendemos pedir a nossa adesão a essa mesma associação.

Na área da cultura já referi as comemorações do 25 de Abril, a exposição Museu *in situ* que teve em curso no espaço dos Paços do Concelho. Na área do desporto o acolhimento da “Vodafone” 1000, que foi a tal concentração de carros de todo o terreno no Rossio, e que projectou a cidade, pois eram muitos os órgãos de comunicação social, nacionais e estrangeiros, que acompanharam este evento. Decorreu durante as comemorações do 25 de Abril a estafeta da liberdade, e está em curso o torneio de futebol Sub 15 Inter-Freguesias. Na educação entraram em vigor as alterações ás normas internas de funcionamento do Jardim de Infância Raio de Sol, comemorou-se o mês da Juventude, reabrindo-se para este efeito a fábrica da música que acolheu uma parte significativa, para além das outras iniciativas que houve por todo o Concelho. No desenvolvimento económico, procedeu-se ao protocolo de instalação da Academia Aeronáutica de Évora, uma instituição que já está em elaboração e que também vem acrescentar capacidade de projecção ao nosso município e uma infraestrutura municipal de grande porte que é o Aeródromo, onde estão em preparação e formação pilotos de avião de linha comercial de âmbito internacional e nacional, o que constitui um factor de importante afirmação de Évora como um Concelho e cidade liderante de formação de quadros altamente qualificados e que irão por essa via aumentar o prestígio da nossa cidade.

A remodelação do posto de turismo, foi um projecto que se acompanhou no âmbito do melhor acolhimento ao turista, e fez-se um esforço grande na conclusão das obras de remodelação do posto de turismo situado na Praça do Geraldo. Continuou-se com grande adesão por parte dos munícipes, do programa Casa Caiada. Nas vias de comunicação, está prevista para início a obra da construção das variantes já previstas no actual plano de urbanização, um processo que foi e é muito complexo, já que obriga á expropriação de vários proprietários, processo que estava a seguir uma via contenciosa que ainda não está completamente resolvida mas que tem tido um esforço de renegociação e de parceria e entendimento entre os proprietários respectivos, permitindo-nos desbloquear a situação com empreiteiros, era uma candidatura que estava aprovada no âmbito do PORA, Programa Ocupacional Regional, e que estava em risco de ser desafectada porque não progredia, e nesse sentido foi feito um esforço grande para que junto dos empreiteiros que já tenham as obras adjudicadas e junto dos proprietários garantir a sua entrada em obra talvez ainda na próxima segunda-feira. Para além disso, foram feitas obras de repavimentação nos Foros do Queimado, na Freguesia de S. Miguel de Machede, e na estrada norte de Guadalupe. A obra no saneamento básico, da estação de tratamento de águas residuais de Valverde está em curso, e esperamos vê-la concluída antes do final deste ano, assim como a da ETAR da Boa Fé á qual apenas faltam algumas ligações de condutas de adução, já que o sistema de lagoa está concluído.

Foi dado novo impulso de requalificação urbanística do Bairro Garcia de Resende, uma obra que se vem a arrastar já á bastante tempo Está aprovada a candidatura e por isso permitiu desbloquear



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

verbas para permitir o equilíbrio das finanças municipais, assim como o Parque de Recreio da Corunheiras que se encontra em fase conclusiva. Foram feitas intervenções na área do ambiente, na área do trânsito, e não vou passar a fazer a sua descrição pormenorizada porque penso que todos os membros da Assembleia Municipal têm na sua posse o documento respectivo. Quero dizer também, que durante este tempo e até às 13 horas do Mês de Junho foram processadas 5 093 ordens de pagamento, das quais 4 528 correspondem a operações orçamentais, e 565 correspondem a operações de tesouraria, estas operações de tesouraria correspondem a devoluções quer de cauções quer de outras participações que a Câmara Municipal é obrigada a fazer. Estas ordens de pagamento que foram pagas traduzem 18 milhões 334 mil 665 €, ou seja, qualquer coisa como 3 milhões e pouco. De todas estas que foram processadas, ainda estão por liquidar 734 o que corresponde a 1 milhão 934 mil €. Destas que foram liquidadas, foram liquidadas 4 milhões 4359 o que corresponde 16 milhões 4 1202.24 €. O que já foi consignado, e já foi contractualizado após o visto do tribunal de contas, o empréstimo que esta Assembleia autorizou a Câmara Municipal a contrair no âmbito do saneamento financeiro, e operação que foi concretizada com uma instituição privada no valor de 2.5 milhões de contos, cerca de 12 milhões de €, e que dessa verba foram liquidados os empréstimos de curto prazo que a Câmara Municipal transitou de o ano passado no valor de 1 milhão 185 mil contos, o que em € traduz 5 milhões 910 mil e 75 € do total que transitou como verba de curto prazo em operações de financiamento de curto prazo junto da banca. Isto significa que nos compromissos a fornecedores, não nos compromissos á banca, foram transitados pagos até este momento 5 milhões e 500 mil €, o que representa cerca de 40% do total da dívida a fornecedores herdada do mandato anterior, e que foram também liquidados todos os empréstimos de curto prazo que a Câmara tinha, perfazendo com isso um valor de 5 milhões e 900 mil €. Este é um esforço muito grande que se tem feito, tem obrigado a negociar e a renegociar alguns dos aspectos da dívida, mas cuja evolução ao longo deste 5 meses, nos permite entrar num quadro de maior serenidade no que respeita á gestão dos dinheiros públicos.

São estas as informações que tinha para prestar á Assembleia e estou á disposição de qualquer membro que queira ver esclarecido algum aspecto.”

O Sr. Presidente da Assembleia abre as inscrições para quem pretenda pronunciar-se sobre este ponto. O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Estevão Bicho.

O Sr. Deputado Municipal Estevão Bicho toma a palavra:

“Em primeiro lugar queria referir o que consta na pág. 15 ponto 28, em que vejo que está a ser feita pela Câmara a avaliação da possibilidade de se suspender o Plano de Pormenor dos Canaviais cuja análise ainda se encontra em curso, como o Sr. Presidente disse que as Juntas de Freguesia iriam ser ouvidas em relação a todos estes acontecimentos da suspensão e da revisão dos Planos de Pormenor das Freguesias e como até à data a Freguesia dos Canaviais não teve conhecimento, queria pedir somente que fosse dado o mais breve possível às Juntas de Freguesia conhecimento sobre esta situação, porque quase todos os dias somos confrontados com pedidos de esclarecimentos sobre determinados assuntos relacionados com a Urbanização e nós próprios também temos uma previsão, para este ano, na construção do Polidesportivo e queríamos saber se isso implica, ou não a suspensão do Plano de Pormenor da Urbanização.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Também na pág. 17, nas obras em curso, vimos solicitar onde se diz «...conservação dos arruamentos, conservação de parques de estacionamento, conservação de equipamentos e edifícios de jardim...» que numa próxima informação fosse indicado os locais onde estes trabalhos têm sido feitos, isto porque já na Assembleia anterior tinha chamado á atenção para o parque de estacionamento entre as Portas de Alconchel e as Portas do Raimundo onde o piso se encontra em mau estado, o chamado parque da palha, e continua a estar Senhor Presidente. Também o parque de estacionamento das Portas De Aviz, para quem estaciona todos os dias o piso logo à entrada está bastante degradado, e estas duas questões gostaria de ver respondidas. Em relação ao torneio Sub 15 Inter-Freguesias, queria deixar o pedido que se fizesse um balanço muito sério sobre o torneio, pois parece-me que estão a acontecer situações que é de reflectir sobre se é de continuar com este torneio.

A outra questão tem a ver com a possibilidade do intercâmbio entre a Câmara e as juntas de freguesia, de acudirmos á limpeza de pastos que se encontram junto ás nossas estradas e que estão a afectar não só a degradação do ambiente como também a aumentar a possibilidade de haver fogos com frequência.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Andrade Santos.

O Sr. Deputado Municipal toma a palavra: “Relativamente ás obras municipais tenho ideia que em Assembleias anteriores perguntei á Câmara se tencionava uma visita ás obras e quando, e gostava de saber para quando é que isso será? Em segundo lugar gostava de saber em que pé está a auditoria da Arthur Andersen.

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra á Sr.^a Deputada Municipal Carmen Balesteros.

A Sr.^a Deputada Municipal toma a palavra: “Penso que a feira de S. João é um evento que há 500 anos, Eborenses e não Eborenses esperam que aconteça, é um evento onde há sua volta aconteceram inúmeras iniciativas de carácter social, lúdico e económico. Verificamos que este ano a denominação Feira de S. João foi minorizada e agregada a um outro conjunto de festas que eu não conheço e peço explicação sobre elas, a questão que faço é a seguinte, que festas populares são essas do Concelho e que importância tem na tradição que leva a que a denominação Feira de S. João tenha sido minorizada em função de uma outra?”

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra ao 1º Secretário Sr. José Russo.

O Sr. Deputado Municipal José Russo toma a palavra: “É com grande surpresa que em relação ao balanço que é feito, onde verifiquei que para além de se fazer uma iniciativa daquela natureza numa praça que tem poucas condições para a acolher, como é as Portas de Moura, e do fogo de artifício acontecer num outro espaço, a forma como as coisas aconteceram nessa noite e a ausência do cantar do Grândola Vila Morena. A forma como se organizou o evento não o dignificou de modo nenhum. Penso que o acontecimento deveria ser melhor pensado, e ter um programa de melhor qualidade. Gostava que este aspecto tivesse uma ponderação um pouco diversa em relação a futuras iniciativas, dado ser uma data da propriedade de todos os Portugueses.”



O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Palma Rita.

O Sr. Deputado Palma Rita toma a palavra: “Em relação a este ponto não tenho qualquer pedido de esclarecimento, mas apenas um breve comentário que aparece logo final da 1ª página e diz que: “A Câmara Municipal irá proceder a uma requalificação do espaço do Rossio de S. Brás apostando numa forte componente de utilização pública da área, como zona de lazer, estacionamento e um centro de interpretação do Concelho e de acolhimento ao turista.” Na altura da campanha eleitoral nunca tinha visto uma proposta tão concreta para o Rossio de S. Brás e queria aqui deixar a minha satisfação relativamente a esta solução que aparece aqui, pois também era do nosso entendimento que esta deveria ser a melhor solução para o Rossio de S. Brás.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal João Valverde.

O Sr. Deputado Municipal João Valverde toma a palavra: “Quero expressar a minha solidariedade para com a Câmara, de não deixar destruir o Jardim Público, como todos os anos acontecia com a feira. O outro assunto tem a ver com o campeonato de futebol Sub 15, pois não estou contente com o que está a acontecer, temos de acabar com a mafia do futebol, os funcionários da Câmara não têm competência para organizar este campeonato.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Acácio Alferes.

O Sr. Deputado Municipal Acácio Alferes toma a palavra: “Em primeiro lugar quero referir o problema da água de Évora. Deve-se reconhecer a coragem e a determinação com que a Câmara ultrapassou a grande dificuldade que pairava quanto a este assunto. Ter água de qualidade, com métodos que tinham de ser rápidos. A população de Évora concerteza que há-de reconhecer a bondade da decisão. Felizmente que vão lançar uma ideia chave sobre o não desperdício de água, pois tão importante como ter água de qualidade, é as populações terem a consciência de que a água é um bem a utilizar com racionalidade pois é um bem finito. Peço á Câmara que os serviços técnicos se debrucem sobre as perdas da rede, porque perde-se muita água em roturas.

Gostava ainda de referir em relação ás comemorações do 25 de Abril, que não há um dono do 25 de Abril, que o 25 de Abril tem de ser de todos.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara passa a fazer os devidos esclarecimentos: “Relativamente á intervenção do Sr. Estevão Bicho, que referiu a página 15 e a página 17, e depois uma questão referenciada de uma forma geral á cooperação entre a Câmara Municipal e ás freguesias. No que respeita á página 15, a questão que suscitou da avaliação da possibilidade de suspender o plano de pormenor dos Canaviais, é um problema concreto e tem a ver com o seguinte: as operações de loteamento que estão em curso neste momento na sua freguesia não são compatíveis com o plano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

urbanização em vigor, e como sabe o registo das operações de loteamento é obrigatório ser feito junto da Direcção Geral de Ordenamento do Território, e estão-nos a suscitar problemas no registo dessas operações de loteamento e á concessão dos respectivos alvarás, uma vez que os mesmos não se conformam com o plano de urbanização em vigor, de forma que o que aqui está dito é que se pondera a possibilidade de com a suspensão do actual plano de Urbanização, e uma vez que estamos comprometidos com a revisão do mesmo a partir de Março de 2003, é preferível suspender o actualmente em vigor para depois viabilizar esses loteamentos do que depois não conseguirmos registar os alvarás. É uma questão que está em estudo e que a decisão será tomada em função daquilo que servir melhor os interesses da freguesia. No que respeita á página 17, estou de acordo consigo e darei orientação aos serviços, no sentido de concretizarem uma melhor explicação sobre quais são as localizações mais exactas das obras que estão em curso.

Aproveito para explicar sobre como esta informação é produzida: são os serviços que fazem no preenchimento de uma informação concreta chegar ao presidente da Câmara as obras em curso, os projectos em estudo, etc. Digamos que esta informação é trazida aqui depois de ser analisada e corrigida por mim próprio, sendo a metodologia, a utilizada no mandato anterior. Penso que é correcto que cada serviço se sinta responsabilizado com a informação que o presidente da Câmara presta á Assembleia Municipal. Relativamente á limpeza das bermas e de eliminação de pastos que existem, é de facto uma área que vamos contemplar, estamos a tentar reforçar o equipamento que a Câmara tem para este tipo de intervenção, e estou de acordo consigo que esta é uma das componentes importantes em que deve ser colocada em prática a cooperação entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal.

Em relação á questão que o Sr. Deputado Municipal Andrade Santos apresentou, o nosso compromisso de visita ás obras mantém-se, no entanto quero-lhe confessar, que pela grande absorção que temos sido alvos em termos de trabalho, esta visita ainda não teve a possibilidade de ser programada. A única razão para esse facto tem sido a impossibilidade humana para concretizar a visita. A questão da auditoria não era 15 de Abril, a auditoria quando foi adjudicada tinha um prazo de 5 semanas, a Andersen em Portugal funciona de uma forma totalmente autónoma da sua sede nos Estados Unidos, e a adjudicação que foi feita, foi anterior aos problemas que são conhecidos com a Andersen nos Estados Unidos. No entanto estou preocupado porque o prazo que foi dado foi excedido, e já tomei diligências nesse sentido.

Em relação á questão levantada pela Sr.^a Deputada Municipal Carmen Balesteros, relativamente á feira de S. João, queria dizer que o conceito de festas populares é um conceito que dificilmente se define, a Sr.^a Deputada diz que não viu festas populares, no entanto estive num evento do S. João coisa que não via há muito tempo junto aos Celeiros da EPAC organizado por uma associação cultural que é Grupo Cantares de Évora, e que encontrará aí uma vertente de afirmação de um espaço de convívio do nosso Concelho que envolverá a cidade de Évora e todas as freguesias com o apoio da Câmara Municipal na concretização da recuperação de algumas tradições, que tiveram sempre associadas á comemoração dos Santos Populares em Évora.

As festas populares de Évora tal como as comemorações do 25 de Abril não irão ser organizadas tendo por base um suporte orçamental que a Câmara Municipal não tem condições para concretizar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

isto é, não haverá “Dulce Pontes” a ganhar 13 mil contos de cachet, para animar as comemorações do 25 de Abril, pois a Câmara não têm disponibilidade financeira para tal, e enquanto a situação financeira da Câmara for esta não vai voltar a acontecer. Já agora aproveito para dizer que as comemorações do 25 de Abril ficaram em 3 mil e 100 contos, que é cerca da quarta parte, e não contando com o cachet da Dulce Pontes, do que custou o ano passado.

O programa tentou responder, e quisemos desta vez que, pela proximidade dessa data que se vivia um momento particularmente importante para a história do 25 de Abril, que foi a independência do povo de Timor, a última das colónias portuguesas que viu reconhecido esse direito. Quisemos que o tema, fosse o da descolonização, o tema da fraternidade, o tema do encontro de culturas, o tema da tolerância, o tema da capacidade de pôr a cantar no mesmo palco grupos corais Alentejanos, com grupos da Guiné Bissau e de Timor, que foram quem teve na origem deste tema, e para o ano haverá outro tema e provavelmente o programa cultural será organizado em função desse tema. Despartidarizando as comemorações e tornando-as em absoluto, possíveis de serem vividas à maneira de cada um. É este sentido de festa do 25 de Abril, descomprometida partidariamente, capaz de albergar todas as cores, capaz de albergar todas as culturas, e de ser capaz de proporcionar um momento de agradável convívio, que estou convencido que este 25 de Abril permitiu. No entanto houve um lapso, e aqui respondo ao Sr. Deputado José Russo, a questão de não se ter cantado o 25 de Abril, teve a ver com que o que estava previsto com o grupo de Cantares Alentejanos, e quando faltasse 1 minuto para a 24 horas eles começavam a cantar a Grândola Vila Morena, o que aconteceu é que não estava presente nenhum membro do grupo, porque entretanto tinham ido fazer a comemoração do 25 de Abril para as suas terras, e eu e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal ainda tentamos encontrar 3 ou 4 pessoas, mas em vão, e o único grupo que estava perto era o grupo da Guiné, e este não sabia a letra da música, então fomos nós próprios acima do palco para cantar a canção.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Palma Rita, tenho a dizer que não fui consultar o programa eleitoral do PSD, de qualquer forma, se aqui, e coisa que é rara infelizmente, encontramos uma área de confluência entre o PS e o PSD, só fico satisfeito com isso.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Municipal João Valverde, por se congratular pelo poupar do jardim, ficamos satisfeitos com essa opinião. O jardim levava um ano inteiro a recuperar dos dez dias da feira de S. João. Queria também referir, que na altura das comemorações do 25 de Abril, encontrei pessoas emocionadas, por há muitos anos não verem à tarde no jardim, o coreto ocupado pela banda filarmónica. O projecto de recuperação do jardim público e da mata visa sobretudo abri-lo e torná-lo motivo de orgulho do nosso Concelho.

Por último, relativamente à questão do campeonato Sub 15, queria referir que não estou de acordo com o Presidente da Tourega, particularmente na classificação que fez em relação ao facto de haver comportamentos menos dignos na CMÉ, julgo que a classificação que o Presidente da Junta fez não ser a que na realidade pretendia. O Presidente da Junta transmitiu uma preocupação que é nossa também, mas cujo modelo organizativo deve sofrer evoluções, no sentido de o tornar fonte de convívio e de prazer. Iremos tentar melhorar alguns aspectos organizativos, porque temos conhecimento que algumas situações estão a ser levadas com um excesso de paixão, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

infelizmente não poupa este escalão e esta tipologia de acontecimento, e que eu só consigo encontrar na irracionalidade do fenómeno desportivo. Sr. Presidente de Valverde quero dizer-lhe que não há mafias dentro da Câmara Municipal de Évora, e muito menos junto dos seus funcionários, que têm dado uma prestação contributiva enorme para a melhoria da nossa prestação, e se algum comportamento pontual merecer a nossa censura e a nossa disciplina, naturalmente procederemos em conformidade.

Em relação á questão da água, as decisões estão tomadas, e são decisões de minimização, mas que está longe de ser resolvido pois teremos que ser todos juntos a tomar medidas para que o problema seja ultrapassado. Aquilo que se decidiu foi para minimizar o impacto negativo já para este ano, garantindo o abastecimento e melhorando a qualidade, mas estamos longe de ter o problema resolvido. Esperamos que empenhadamente se contribua para a sua superação. Termina aqui as respostas ás perguntas que me foram suscitadas.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá palavra ao Sr. Deputado Municipal Celino Silva.

O Sr. Deputado Municipal Celino Silva toma a palavra: “A propósito da intervenção do Alferes chamava a atenção para a importância da necessidade de haver controlo e de haver eficácia, na gestão da água no que diz respeito ao município. Um semanário esta semana refere que a cidade de Évora tem cerca de 15% das perdas de água enquanto que outros as perdas chegam aos 31%, 32% e 34%. Queria chamar a atenção que as perdas da cidade de Évora correspondem aquilo a que os estudiosos desta matéria chamaram a média dos países da Europa. Quero dizer com isto que me congratularei com o facto do actual executivo municipal, se pelo menos conseguir manter estes níveis na gestão da rede de abastecimento pública que é dos mais significativos, em que Évora está á frente deste conjunto de cidades que foram estudadas.

Relativamente á questão do 25 de Abril o Sr. Presidente da Câmara sublinhou que houve uma grande preocupação de despartidarizar o 25 de Abril, isto poderá daí pressupor-se que o 25 de Abril antes do Sr. Presidente da Câmara chegar a Presidente da Câmara, era partidarizado. Eu penso que era fazer uma grande injustiça relativamente aos anteriores executivos da Câmara sugerir ou dar a entender, ou permitir que através de uma frase como essa se tire a ilação que o 25 de Abril era partidarizado no Concelho de Évora. É claro que relativamente á intervenção do Sr. José Russo, o Sr. Presidente passou por cima da questão do local, mas eu gostaria também de sublinhar que o local como alternativa á Praça do Geraldo, foi escolhido a “trocho mocho”. Em relação ás pessoas mafiosas que o João Valverde referiu penso que esta Assembleia deve manifestar o repudio total por como as suas palavras se referiram a trabalhadores municipais. Finalmente, eu entreguei um requerimento em anterior Assembleia e até hoje ainda não recebi resposta e solicitava á mesa e ao Presidente da Assembleia que tomasse as diligências necessárias para que a Câmara me fizesse chegar o relatório que consta desse pedido de requerimento que fiz.

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente da Câmara toma a palavra: “Relativamente á questão do local, e da sua classificação de a decisão ter sido a “trocho mocho”, quero-lhe dizer que não foi, nem nunca poderia ter sido. A Câmara Municipal é formada no seu executivo por pessoas responsáveis e que não decidem coisas destas á “trocho mocho”, decidem depois de uma atitude ponderada, reflectida e que correspondem a orientações estratégicas. E eu tive o cuidado de dizer isso na minha intervenção, que para o ano não será aquele o local, como não haverá dois anos seguidos no mesmo local. Aquele local foi escolhido em função daquilo que era a frequência média das participações no 25 de Abril, e só se mostrou desajustado porque a afluência de milhares e milhares de pessoas, coisa que não acontecia há muitos anos o tornou de facto pequeno para a concretização, porque a Praça do Geraldo também não era o local mais apropriado para as comemorações do 25 de Abril. Corresponde a um planeamento estratégico deste município, de fazer de toda a cidade e de todo o Concelho local para as comemorações.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá por encerrado este ponto, e diz ao Sr. Deputado Celino Silva que relativamente á questão que este colocou sobre o requerimento, que: “o nosso regimento é aparentemente omisso quanto a essa matéria, o que não significa que não se pondere quanto ao tempo máximo que é admissível a que a Câmara responda aos requerimentos apresentados pelos Senhores Deputados. É uma questão que primeiro podemos acertar com a Câmara de forma informal, e em segundo lugar se necessário introduzindo uma alteração no regimento. Vou fazer diligências em função da razoabilidade do período para lhe poder entregar a resposta.”

PONTO 5 - Pedido de Autorização para Isenção do Pagamento de Imposto Municipal de Sisa – Olivia-Unipessoal, lda.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal toma a palavra:

“Este foi um assunto que já esteve agendado na última reunião de assembleia, onde o Sr. Deputado Celino Silva pediu um esclarecimento adicional com o melhor preenchimento do formulário, e da designação do valor matricial do prédio sobre o qual se pedia a isenção. Eu próprio vim a saber pelo Presidente da Junta de Freguesia onde o estabelecimento está instalado que se trata de um pequeno estabelecimento de venda de roupa, que já está a funcionar, que é da própria proprietária e que constitui o seu próprio posto de trabalho. Trata-se de aqui hoje decidir, se é de isentar esta empresa do imposto municipal de sisa ou não.

Não havendo inscrições para a discussão do ponto seguiu-se a sua votação.

Aprovado com uma abstenção.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Sr. Deputado Celino Silva para este fazer uma declaração de voto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Declaração de Voto do Sr. Deputado Celino Silva:

“Eu votei em abstenção por causa dos erros formais que este processo tem, nomeadamente a questão da câmara se pôr à margem de um processo destes, eventualmente o Sr. Presidente até pode admitir que o processo burocrático parte da assembleia municipal, eu penso que não, e a declaração de voto vai no sentido de não aceitar este processo, o Presidente da câmara não tem legitimidade para despachar directamente á assembleia e pôr assim a assembleia a tratar de processos destes.”

PONTO 6 - Cedência de terrenos ao Lusitano Ginásio Clube e Juventude Sport Club.

O Sr. Presidente dá por encerrado o ponto 5, e passa ao Ponto 6, e propõe que: “Dado este ponto 6 ser semelhante aos pontos 7, 8, 9 e 10, proponha que a Câmara fizesse a apresentação dos 5 pontos em conjunto, sem prejuízo de depois discutirmos e votarmos cada um deles, mas para evitar 5 exposições sobre temas semelhantes, eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que por favor fizesse a exposição que entendesse adequada aos respectivos pontos.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal passa a fazer a sua exposição:

“Tentando corresponder ao seu pedido, os pontos 7,8,9 e 10 englobo-os numa única explicação, ou seja, estes pontos correspondem a cedências que derivam da constituição de operações de loteamento e justificam que haja acertos para uma questão de gestão urbanística, justificam que haja acertos, de permutas e de cedências entre pequenas fracções de terreno que transitaram da Câmara Municipal para os detentores dos alvarás desse loteamento, e também com as respectivas contrapartidas para a Câmara Municipal, São apenas operações de acerto, de operações urbanísticas e não têm relevância particular no património municipal. O ponto 6, trata de cedência de terrenos ao Lusitano Ginásio Clube e ao Juventude Sport Clube, tem a ver com a necessidade de readequar uma decisão da CME em executivos anteriores. Em 1994 tinha tomado a decisão de ceder estas parcelas de terreno, ao Lusitano e ao Juventude, mas que nunca tinham sido alvo de deliberação tanto o que pude acolher juntos dos serviços da AM e que por outro lado, traduz a superação de um compromisso perante estas duas instituições de relevância da vida no nosso município como é o Lusitano e o Juventude. Não há alteração da decisão propriamente dita, o que acontece é que se submete á AM na sua composição actual aquilo que foi uma decisão da CME. Chamo a atenção das clausulas condicionantes, em que esta cedência é feita, onde se procurou por um lado salvaguardar a que estes terrenos neste momento caia sobre eles um ónus em que a situação financeira e o passivo financeiro dos dois clubes, não sendo onerado da forma como se apresenta no documento, correria o risco da CME estar a ceder terrenos ao Lusitano e ao Juventude e que amanhã fossem mobilizados para um efeito diferente daquele que é a intenção da CME em concedê-los. Por outro lado, a utilização destes terrenos tem de estar prevista de acordo com o plano de urbanização, coisa que não acontecia na decisão em 1994, e também por outro lado ainda, a garantia de que na nova revisão do plano de urbanização, que está neste momento a ser preparado para entrar em vigor a seguir em Março de 2003, que é a altura que por lei o mesmo pode ser revisto, viabilize a constituição de patrimónios que possam não só permitir aos clubes saldar o seu passivo e com isso recuperar a sua imagem e a sua capacidade de gestão, e ao mesmo tempo serem parceiros importantes numa estratégia de afirmação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

desportiva de alta competição a nível da nossa cidade. É esta a proposta que a CME aprovou por unanimidade.”

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Baltazar Damas.

O Sr. Deputado Municipal Baltazar Damas toma a palavra: “Quero felicitar a CME por finalmente proceder à legalização dos terrenos para o Lusitano e o Juventude, pois permite que os mesmos mediante as clausulas previstas, possam alienar até 50% o seu valor, no sentido de poderem diminuir o seu passivo. Do conhecimento que eu tenho destes dois clubes, esta é uma medida que pode ajudar estes dois clubes. Penso que assim talvez possam fazer um campeonato da terceira divisão tranquilo, para que todos nós no Concelho de Évora possamos ver alguns jogos de qualidade.”

O Sr. Presidente dá por encerrado o ponto 6, e passa de imediato á sua votação.

Aprovado por Unanimidade.

Ponto 7 - Cedência de Parcela de terreno – Rua de Portel – Freguesia da Senhora da Saúde – A José dos Santos, Lda.

O Sr. Presidente dá inicio á votação do ponto.

Aprovado por Unanimidade.

PONTO 8 – Cedência de parcela de terreno – Av. da Liberdade n.º 156 r/c – Bairro António Sérgio – Freguesia da Malagueira – para cedência ao Ministério da Justiça.

O Sr. Presidente da AM diz que: “Relativamente a este ponto não se trata de uma permuta, relativamente a um acerto urbanístico. Mas dou a palavra ao Sr. Presidente da CME que passará a explicar.”

O Sr. Presidente da CME passa a expor: “É um acerto que pressupõe a construção de uma garagem.”

O Sr. Presidente dado que não há ninguém para se prenuciar, passa á votação do ponto 8.

Aprovado por Unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

PONTO 9 - Cedência de parcela de terreno – Parcela 1 (Quinta da Soeira), actualmente Rua Ferreira de Castro, Bairro do Granito – Freguesia do Bacelo – A Victor Manuel Mosca Oliveira.

Aprovado por Unanimidade.

PONTO 10 - Cedência de parcela de terreno – Rua Principal n.º 39 – Bairro de St.º António – Freguesia da Senhora da Saúde – A Liliana Grazina Mendes e a Lucinda Bárbara Pereira Borrego Furão.

Aprovado por Unanimidade.

PONTO 11 - Proposta de adesão da Câmara Municipal de Évora à rede AVEC (Aliança de Cidades Europeias para a Cultura).

O Sr. Presidenta da AM dá a palavra ao Sr. Presidente da CME para fazer a apresentação da proposta.

O Sr. Presidente da toma a palavra: “É do domínio do conhecimento da assembleia as razões que nos levam a pedir á assembleia autorização para aderir a esta rede de cidades.”

O Sr. Presidente da AM dado haver inscrições, dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Luís Carmelo.

O Sr. Deputado Luís Carmelo toma a palavra: “Queria felicitar a CME por esta adesão, e estou ciente que hoje em dia, respirar a rede global é existir, a CME já integra diversas redes, das cidades médias, nos cruzamentos institucionais com a UNESCO, indirectamente com o Comité das Regiões, ou através de gemações. Esta rede, é uma rede directamente vocacionada para a área da cultura, é recente, tem 5 anos e foi fundada por um conjunto de cidades, duas da Europa Central, uma do Mediterrâneo, uma da cidade Ibérica e uma da Francesa. Penso que há duas mais valias neste projecto, a primeira é que me parece uma rede muito ancorada na actualidade, se observarmos os seus grupos de trabalho regionais, verificamos que os temas, são temas que estão ligados ao espaço público e á cidadania, ás inovações tecnológicas ou a aspectos da comunicação. Em segundo lugar, parece-me que o que também está aqui em causa é uma renovação do conceito de património,

Acta n.º 4 da sessão ordinária de 15 de Junho de 2002

40



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

superando a sua concepção mais clássica, e eliminista de apropriação e de identificação, e de objectualização da obra do ser humano, portanto privilegiando os aspectos mais contemporâneos, dos quais se salientariam dois: o relato vivo do ser humano no seu ambiente físico, e em segundo esta rede também me parece constituir-se como observatório activo de identidades flutuantes, o que é extremamente importante no mundo de hoje.”

O Sr. Presidente da AM dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal Baltazar Damas.

O Sr Deputado Municipal Baltazar Damas toma a palavra: “Gostava que estas redes sociais que a CME tem, nas suas visitas habituais de estudo não se esquecessem de se fazerem acompanhar por membros das Juntas de Freguesia ou dos executivos das Juntas de Freguesia. Era só para recordar esta situação, para nós também termos conhecimento do que são estas visitas.”

O Sr. Presidente da AM dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal e Primeiro Secretário José Russo.

O Sr. Primeiro Secretário toma a palavra: “Ao contrário do Sr. Deputado Municipal Baltazar Damas já não me posso queixar, pois já tive a felicidade de acompanhar uma delegação da cidade de Évora ao estrangeiro, por via das relações internacionais que a nossa cidade tem. Queria saudar esta iniciativa da CME, pois a nossa cidade tem um prestígio e uma dimensão em termos internacionais muito grande, a nossa cidade é uma referência, sobretudo das vivências sociais e que nós temos sabido preservar.”

O Sr. Presidente da AM não havendo mais inscrições passa de imediato á votação do ponto 11.

Aprovado por Unanimidade.

Ponto 12 - Proposta do Regulamento Municipal de Taxas, Tarifas e Preços.

O Sr. Presidente da AM dá a palavra ao Sr. Presidente da CME para fazer apresentação do ponto 12. O Presidente diz ainda que: “queria chamar a atenção, que para além da decisão formal para a aprovação ou rejeição da proposta, há uma outra questão que me foi suscitada pela CME, ou seja, da necessidade de uma deliberação da AM de dispensa de inquérito público, por motivos de calendário. Quer isto dizer, que a AM tem poderes para dispensar um período de inquérito público, que nos termos da lei deve preceder a alteração das taxas e licenças, e as razões que a CME invoca para solicitar este pedido de dispensa tem a ver com problemas de natureza de calendário. Segundo a CME, estamos neste momento em Junho, e a publicação do projecto de regulamento implicaria pelo menos mais 2 meses e meio, sendo pelo menos 30 dias para conseguir a publicação no Diário da República e 30 dias para o inquérito público. Segundo a CME, não foi possível em tempo útil reunir as condições necessárias para a revisão do regulamento, e a situação financeira da CME seria ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

mais agravada com a não cobrança, quer das taxas devidamente actualizadas, quer das novas agora criadas, que tendo já decorrido 6 meses desde o início do ano, iriam juntar a entrada em vigor deste regulamento com o que deverá entrar em vigor no início do próximo ano. Neste sentido, a CME pede que a AM delibere, para além da aprovação da proposta de taxas, tarifas e preços, igualmente uma dispensa de inquérito público relativamente á sua proposta.

Debatendo-se, e votando-se primeiro a dispensa, porque se a dispensa for rejeitada, não faz sentido debater a outra, dado que uma implica a outra.

Assim sendo, ponho em primeiro lugar a discussão da questão da dispensa do inquérito público do período regulamentar de 30 dias pelas razões que foram aqui invocadas pela CME.

Estão abertas as inscrições, e coloco á discussão e primeiro lugar esta questão.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Municipal Andrade Santos.

O Sr. Deputado Municipal Andrade Santos passa a expor: “Gostaria de sugerir que antes de passarmos a esses aspectos processuais, me fosse possível pedir á CME algum esclarecimento, pois com efeito, é evidente que é inconveniente uma decisão rápida, não sei qual é o valor exacto, que esta tabela representa no orçamento municipal, no entanto um atraso na aprovação certamente terá um impacto negativo. Agora esta proposta foi difícil de estudar na medida em que contrariamente a anos anteriores os valores que estão aqui neste caderno, não têm indicação do valor aplicado a 2001 nem da taxa de crescimento, de modo que olhamos para eles sem conseguir comparar tudo, Penso que há uma redução na qualidade da informação prestada, e consequentemente uma dificuldade maior para os membros da AM se pronunciarem sobre cada número. Em futuras apresentações sugeria que se fizesse o que se fez até 2001, ou seja, que cada valor proposto fosse cotejado com o valor anterior, houvesse no mínimo a taxa de acréscimo que é proposta. Pela informação que me foi dada, em relação ás taxas anteriormente existentes, teria sido arbitrado um acréscimo de 4% correspondente á taxa de inflação oficial. Eu fui comparar algumas, e nalguns casos isso andaria á volta disso, e nalguns casos não andaria. Por exemplo, os estacionamento têm um acréscimo de 8%, mas já na publicidade sonora isso cresce 40%, o que não tenho nada a objectar, mas o que está em causa é se esta taxa foi aplicada de forma generalizada ou não ás taxas anteriormente existentes o acréscimo, ou se houve outro critério qualquer. No que respeita ao Jardim de Infância Raio de Sol, a supressão dos escalões inferiores configura uma situação muito diferente, em relação aos agregados familiares com mais baixos rendimentos, do que também queria uma informação. Finalmente, há novas taxas, ou novos critérios de aplicação, e creio que um dos casos mais importantes é o das taxas aplicáveis ao saneamento básico, em que havia um critério de aplicação aos proprietários e em que as novas taxas passam a ser aplicáveis aos consumidores. Penso que são taxas importantes, visto que vão configurar uma massa de recebimentos, que seria bom a CME ter uma ideia do que representaria.

Mas eu pediria que: Ponto 1 – que de futuro a informação prestada correspondesse ao figurino anterior; Ponto 2 – se é dado ou não que a taxa de acréscimo para as anteriormente existentes é na ordem dos 4,4%, e não sendo se há aqui algum erro que possa ser rectificado; Ponto 3 – Se pode ser dada alguma explicação, em relação a algumas taxas, e com o que estou preocupado, é por exemplo com o que diz respeito ao saneamento, e que envolve centenas de milhares de contos, me parece que justifica uma explicação, que posteriormente ponderaríamos a decisão a tomar.”

Acta n.º 4 da sessão ordinária de 15 de Junho de 2002



O Sr. Presidente da AM dá a palavra ao Sr. Deputado Palma Rita.

O Sr. Deputado Municipal Palma Rita passa a intervir: “Eu tenho um conjunto de dúvidas em relação a alguns artigos, e que sobre os quais pedia algumas explicações á CME. Em Primeiro o Art.º 28.º, que fala da folha de fiscalização, o meu pedido de esclarecimento é no sentido de saber se com a nova legislação, se este é um documento que foi dispensado, porque segundo sei o que existe o que agora existe é um *Livro de Obra*, do qual faz parte já a folha de fiscalização, não sendo este documento já exigido. Se a nova legislação já dispensa este documento, penso que não faz sentido este artigo estar aqui.

A Segunda questão, tem a ver com o artigo 67.º, que tem a ver com os parques de estacionamento. O meu pedido de esclarecimento é: se os parques de estacionamento subterrâneos comparando com 2001 não aumentam de preço, ficam mais baratos do que os paquímetros existentes no centro histórico. Sendo o investimento nos parques de estacionamento subterrâneos em termos de vigilância e de investimento de infra-estruturas mais elevado, o que é que justifica que sejam mais barato que os paquímetros?

O Art.º 85.º, tem a ver com as tabelas do consumo de água, e parece-me o seguinte. Detectei que em alguns casos, a leitura do consumo de água é feita de dois em dois meses, e que nalguns casos divide-se o consumo por dois e depois então atira-se o consumidor para um determinado escalão. Mas constatei que noutros casos, nomeadamente nos estabelecimentos comerciais isso não acontecia. Acho que há aqui uma clara injustiça em relação à diferenciação do pagamento por escalões. Eu destaco aqui, positivamente, o facto de não haver em relação ao ano de 2001, um agravamento do escalão mais baixo, no entanto penso que poucas pessoas beneficiam com o agravamento.

Fiz um cálculo para um consumo de 30 metros cúbicos de água, e se fossem pagos diferenciadamente pelos escalões, a pessoa pagaria um total de 24,75€, o que colocando o consumidor num escalão só, paga 36,3€, ou seja, paga 46,7% a mais.

Em relação ao Art.º 96.º, sobre o preço das piscinas municipais, há aqui um questão que seria interessante a CME equacionar, ou seja, uma política de motivação dos funcionários, por exemplo haver um desconto para os funcionários.

Em relação ao Art.º 99.º, queria obter o seguinte esclarecimento: existe uma proposta de aumento entre 2001 e 2002, para a utilização da sala do Teatro Garcia de Resende de 136%, eu gostaria de saber o que justifica este aumento tão grande. E em relação ao Salão Nobre do Teatro Garcia de Resende, o aumento em relação a 2001 é de 255%, também gostaria de ver esclarecido.

Em relação ao Jardim de Infância, “Raio de Sol”, não é uma IPSS mas sim uma estrutura da CME, e eu penso que não tem de aplicar as mesmas tabelas que são exigidas ás IPSS. Aparece uma nota, a seguir ao preço dos escalões, per capita do rendimento do agregado familiar, que eu penso que é pouco transparente, que é arbitrária, isto é, diz-se que, as pessoas com rendimentos inferiores ao escalão mais baixo podem ficar isentos ao pagar valores inferiores aos da tabela, mas não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

estabelecem critérios e não há mais nenhuma informação. No regulamento de 2001, até se chegar ao valor de 76€ de mensalidade havia 5 escalões anteriores, agora 76€ é o mínimo. Os escalões de rendimento per capita anteriores, começavam em 95€, ou seja, 19 122\$, agora começa em 300€. Ou a cidade enriqueceu muito rapidamente ou vai ficar muita gente prejudicada. Penso que isto prejudica as famílias com mais baixos rendimentos. É sobre estes pontos que queria obter esclarecimentos da CME.”

O Sr. Presidente da AM dá a palavra ao Sr. Presidente da CME.

O Sr. Presidente da CME passa a esclarecer: “Com todo o gosto esclarecerei, mas uma vez que estamos a discutir a tabela de taxas, pressuponho que a AM dá por adquirido que a dispensa do período de inquérito público, legal e que está previsto na lei, está concedida. Gostaria só de confirmar esse facto.”

O Sr. Presidente da AM diz: “Não houve nenhuma votação, e os assuntos estão a ser discutidos em simultâneo, haverá uma votação no momento próprio. Há pedidos de esclarecimentos prévios, porque as pessoas querem saber antes de decidir sobre esta questão, de modo que não acho ser uma perda de tempo, dado que com ou sem autorização esta matéria tem de ser discutida.

Talvez seja, melhor levar a discussão até ao fim e votar as duas questões no final.”

O Sr. Presidente da AM dá a palavra ao Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso.

O Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso diz: “Com todo o respeito, não concordo, acho que é fundamental votar a dispensa de inquérito público, porque se não for votado positivamente teremos que estar daqui a 3 meses a discutir, tudo o que está aqui. Se a dispensa de inquérito público for concedido, então aí fará sentido discutir o ponto 12.”

O Sr. Presidente da AM toma a palavra: “Sr. Deputado Municipal peço-lhe imensa desculpa por manifestar publicamente a minha ignorância quanto á matéria, mas era meu convencimento que o inquérito público pressuporia sempre a aprovação em primeiro lugar na AM, não sendo assim, faz todo o sentido a sua observação, e penso que a questão deve ser votada de imediato.

O Sr. Deputado Municipal Andrade Santos pediu a palavra e eu vou dá-la.”

O Sr. Deputado Municipal Andrade Santos toma palavra: “A minha intervenção nesta matéria é condicionada ao que ouvíssemos da CME, sugeria então que houvesse uma explicação.”

O Sr. Presidente da AM toma a palavra: “Sr. Deputado, uma coisa não prejudica a outra, ou seja, pode não concordar com a questão da dispensa de inquérito público, e depois estar de acordo com o valor das taxas, ou vice-versa. Mas faz todo o sentido votar desde já o inquérito público, porque se for rejeitada esta dispensa, a discussão sobre as taxas deixa de fazer sentido. Porque depois do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

inquérito público pode vir uma proposta da CME com valores diferentes. O meu papel, é fazer o possível para que as decisões sejam o mais consensuais possíveis. Eu penso que o facto de estar agora a provocar uma votação, posso estar a correr o risco de impor a uma bancada uma votação negativa, que depois dos esclarecimentos se pode transformar numa votação positiva. Eu gostaria de fazer tudo o que estivesse ao meu alcance para que as votações fossem o mais amplas possíveis.”

O Sr. Deputado Municipal José Luís Cardoso toma a palavra: “A proposta que fiz oralmente passo a requerimento. Que se vote imediatamente a dispensa de inquérito público, e que depois face aos resultados, se continue ou não a discutir o documento de tabelas, tarifas e preços.”

O Sr. Presidente da AM toma a palavra: “Eu aceito como tal, e nesse caso passo de imediato á sua votação. O requerimento acaba de ser apresentado, eu aceito-o, e deveria ser votado de imediato, mas visto já haver um pedido prévio, de pedido de palavra á apresentação do requerimento, parece-me incorrecto não o conceder, e sendo assim eu darei a palavra ao Sr. Deputado Celino Silva e votaremos logo de seguida o requerimento.

O Sr. Deputado Celino Silva toma a palavra: “É uma nota breve: se a assembleia é que tem legitimidade para aprovar uma proposta da CME nesta matéria, essa ida a inquérito público deve passar pela aprovação da proposta da CME, o que significa que passa pela sua discussão. A seguir depois da AM se debruçar sobre esta proposta e eventualmente a aprovar, é que se discute se vai a inquérito público ou não, e se for a inquérito público, vai a inquérito público e a assembleia e a câmara confrontam-se com aquilo que foram as reclamações. Não faz sentido dizer que vamos fazer inquérito público ou não de uma matéria sobre a qual não nos debruçamos.”

O Sr. Presidente da AM toma a palavra: “Eu tinha dito, que um requerimento, deve ser imediatamente votado após a sua aprovação, houve aqui esta questão do facto, mais ética do que jurídico/Política, e sendo assim eu vou passar á votação do requerimento e depois prosseguirá a discussão.

Há um requerimento, que propõe que a votação da dispensa do inquérito público, que seja de imediato votada.”

Votação do Requerimento:

Aprovado com 17 votos a favor, 7 votos contra 1 abstenção.

O Sr. Presidente da AM dá palavra ao Sr. Deputado Municipal Celino Silva para fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Sr. Deputado Celino Silva:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

“É para ficar claramente exarado em acta que a nossa posição em relação a esta matéria, se resume no seguinte: não poderíamos jamais votar a dispensa ou não de inquérito público, de uma matéria sobre a qual não nos pronunciamos ainda.”

O Sr. Presidente da AM toma a palavra: “Está registado a declaração de voto, e vamos prosseguir com a discussão da tabela de taxas e licenças. Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Presidente da CME, para dar os devidos esclarecimentos, relativamente às questões que foram formuladas antes.”

O Sr. Presidente da CMÉ toma a palavra: “Queria dizer que este assunto foi analisado pelos serviços jurídicos da CME, e o que seria submetido a inquérito público, era a proposta aprovada pela CME. Como tal, a assembleia deveria pronunciar-se no final desse debate público e não nesta fase, mas a decisão da assembleia está tomada, e como tal a CME congratula-se com a mesma, em nome do interesse municipal.

Respondendo às questões que me foram suscitadas, passarei á questão que me foi exposta pelo Sr. Deputado Municipal Andrade Santos. O Sr. Deputado referiu a melhoria qualitativa que era necessária introduzir na apresentação desta proposta, em relação ao ano de 2001. No entanto terá de ser em relação ao ano de 2000, visto que no ano de 2001 não houve actualização da tabela de taxas.

No entanto, reconheço que será possível melhorar a apresentação do documento, permitindo uma melhor consonância com aquilo que é plasmado neste documento, com aquilo que é a capacidade e facilidade de leitura de cada um dos Senhores Deputados Municipais.

Relativamente às questões que me suscitou, no que se refere ao estacionamento, o aumento geral e a regra que foi seguida neste aumento e taxas, é exemplo daquilo que sempre foi, o que me parece justo. Foi de 4,4%, o aumento generalizado das taxas, que aqui vêm, e essa foi a regra geral. Contudo, houve algumas necessidades de introduzir factores correctivos que procuraram atingir 3 objectivos: 1 – o critério de justiça social; 2 – ter em atenção compromissos anteriores externos à CME, no que respeita à empresa do SITE, que tem um plano de financiamento ao qual está obrigada, e que depende das fontes de financiamento, como sejam as taxas de estacionamento; 3 – a introdução de taxas novas.

Se a assembleia entender, e estou disponível nesse sentido, de se aplicar a taxa dos 4,4% ao estacionamento, de imediato isso será resolvido, que traduz uma diminuição que não é muito significativa, porque a taxa de cobrança nos parques pagos deve rondar os 30%, infelizmente a actualização desta taxa não representa um valor de acréscimo nesta matéria.

Relativamente á questão suscitada do jardim de Infância “Raio de Sol”, é integrado no conjunto de alterações que não cumpre a regra dos 4,4%.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Relativamente á taxa do primeiro escalão do consumo de água, não foi aumentada, assim como a taxa de recolha de lixo, que é uma taxa nova, não houve aumento das taxas cobradas aos operadores do mercado transitório, que funciona na ex-estação rodoviária. Quanto á taxa do Jardim de Infância “Raio de Sol”, procuramos repor a justiça, na medida em que o critério até agora seguido estava a demonstrar manifestas injustiças, já que a sua afectação á declaração de rendimentos das famílias, gera hoje situações de forte distorção, a apresentação de declaração de IRS baixa não significa rendimentos baixos. Esta situação, foi denunciada pelos próprios encarregados de educação e pelos funcionários do Jardim de Infância, e o número de utentes que beneficiavam do anterior sistema no primeiro escalão eram 7, numa população que é de 82 crianças. Este Jardim de Infância dá um prejuízo de cerca de 30 mil contos por ano, e é intenção neste executivo de dar continuidade ao que já era uma intenção do executivo anterior, de o transferir para a rede pública de jardins de infância, porque hoje não se cumprem as condições que haviam na altura em que ele foi criado o justificava. Este jardim foi criado para colmatar a carência que, quer a rede pública, quer a rede privada apresentava, e essa situação veio sendo eliminada, através de um grande investimento que tem sido feito na rede pública nos últimos anos, e também na alternativa da rede privada. Hoje estes motivos, tornam pouco compreensíveis que a CME continue a ter á sua guarda um jardim de infância, só o fazemos na medida em que temos de salvaguardar os direitos dos trabalhadores que aí laboram, que não queríamos pôr em causa, e por isso mesmo estamos em negociação com a Direcção Regional de Educação do Alentejo, para ver se conseguimos chegar a um entendimento para conseguirmos integrar este jardim de infância na rede pública, e os seus respectivos trabalhadores.

Outras questões, que têm a ver com o aumento de taxas significativos, na utilização de espaços, como é o caso do Teatro Garcia de Resende. Era manifestamente pouco consentânea, a utilização da taxa que se cobrava da utilização do Salão Nobre, em função da preciosidade e do valor que aquele equipamento representa. Este aumento de Taxa, significa por um lado, a desmotivação para utilizações que consideramos indevidas, e por outro lado, para aquelas utilizações que lhe são próprias, como espaço cénico para filmagens e para outras utilizações, que ao longo do tempo tem tido, devem ser cobradas em função do valor que o património representa.

Em relação ainda a outra questão que o Sr. Deputado Andrade Santos colocou, relativamente á taxa de conservação de esgotos. Esta taxa era indexada ao valor matricial dos prédios, como tal, uma parte significativa das construções que beneficiavam dessa situação correspondem a estratos sociais de elevados rendimentos, cujos valores matriciais, que são antigos, não correspondem ao seu padrão de rendimentos. Por outro lado, 80% das habitações existentes na área do nosso município são habitação própria, isto é, já eram os actuais proprietários que pagavam a taxa de conservação e esgotos, o que para esses não corresponde nenhuma alteração significativa, uma vez que eles são proprietários e utilizadores da rede de esgotos. Por último, também há aqui que aferir a adopção de um princípio, a do poluidor/pagador nesta matéria, isto é, teoricamente quem mais água consome é quem mais esgoto produz. De modo que a afectação desta taxa, não ao valor matricial dos prédios mas ao consumo de água, é um critério que nos parece justo e que procura dar resposta concreta a este assunto. Isto também responde a outra questão levantada sobre os escalões da água.

São 6 mil as famílias no Concelho que têm uma taxa que as coloca no primeiro escalão, o que num conjunto de 22 mil consumidores, representa uma percentagem que julgamos significativa. Essas 6 mil famílias, cuja taxa não é aumentada, vai ter posteriormente reflexos na taxa de conservação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

esgotos e depois na taxa de lixo, sendo estas famílias as de mais baixos recursos. Também aqui procurámos a justiça social isentando as famílias de mais baixos recursos.

Respondendo às questões suscitadas pelo Sr. Deputado Palma Rita, a dispensa da folha de obras do art.º 28.º, esta dispensa existe posteriormente ao início das obras. Relativamente ao art.º 67.º, que tem a ver com o facto de ser mais barato as taxas do estacionamento subterrâneo, visa aumentar a procura desse espaço, e de criar alguma discriminação positiva nos residentes, na utilização desses espaços. E também porque queremos reforçar a componente habitacional na área do centro histórico, pareceu-nos que era justo criar uma discriminação positiva no sentido de que para os moradores, e para o comércio local fosse privilegiada.

Em relação ao art.º 85.º, é impossível que quem mais gasta não ser penalizado. Gastar 35 mil metros cúbicos de água, significa gastar mais de 1000 litros de água por dia, e manifestamente isso não deve ser incentivado. E o modelo que o Sr. Deputado Palma Rita apresentou, que se colocasse os primeiros 5 metros cúbicos num preço, e depois de 5 a 8 noutro preço e assim sucessivamente, iria de certa forma estimular o consumo exagerado de água.

A questão do art.º 96.º, na concessão de alguns benefícios a alguns funcionários municipais na utilização das piscinas municipais, é uma questão que foi ponderada e ficou decidido que não se deveria por enquanto criar esse critério, enquanto não fossem criados os serviços sociais da CMÉ, que é uma iniciativa que estamos a tentar estimular em torno de um grupo desportivo que já existe. E por essa via criarmos condições para que eles possam ter algum benefício como trabalhadores da CME, nomeadamente na utilização das piscinas municipais.

Ainda relativamente ao jardim de Infância “Raio de Sol”, a situação agora criada é manifestamente mais adequada à intenção de justiça social que é pretendida, na medida em que não havendo a taxa dos 5 mil escudos para os escalões mais baixos, há sim a possibilidade de isenção completa, ou seja, após uma requisição do próprio e depois de uma aferição dos órgãos competentes, se, se verificar uma situação de debilidade económica familiar, que justifique a própria isenção, ela é concedida.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá palavra ao Sr. Deputado Municipal Baltazar Damas.

O Sr. Deputado Municipal Baltazar Damas toma a palavra: “Só queria recomendar à CME, que na próxima tabela de taxas e tarifas, para o ano de 2003, colocasse um mapa comparativo entre aquilo que eram as taxas anteriores e as que são as que se pretendem aprovar.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá palavra ao Sr. Deputado Andrade Santos.

O Sr. Deputado Municipal Andrade Santos toma a palavra: “Queria assinalar dois aspectos, um é relativo aos montantes que estão consignados para ocupação da via pública, em termos de ocupação de espaço aéreo, que é de 2.50€, depois aparece o de ocupação subterrânea, que é de 1€. É evidente que a ocupação de espaço aéreo, deveria subir tão alto que não incentivasse a evolução para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

quarto mundo que a rede de fios configuram. A meu ver devia-se reduzir as taxas para ocupação subterrânea a um valor simbólico, e aumentar as taxas de ocupação aérea para um valor proibitivo.

Em relação á questão de 2001, o Dr. José Ernesto disse não haver documento, eu tenho o documento aqui, em relação ao ano de 2001, com todas as páginas rubricadas pelo Dr. José Ernesto de Oliveira.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá palavra ao Sr. Deputado Municipal Celino Silva.

O Sr. Deputado Municipal Celino Silva toma a palavra: “O Sr. Presidente da CME quando justificava a aplicação da taxa de saneamento aos inquilinos, referiu como tendo pesado nessa decisão, o facto de haver 80% de habitação própria no Concelho. Não tenho aqui elementos de prova, mas recolhi esta informação no tratamento dos dados do Censo de 91. É verdade que em alguns bairros da cidade, o nível de habitação própria atinja os 70%, mas no Concelho de Évora o nível de habitação própria atinge 58% em 91, e isto é equiparado á média nacional. É claro que, desde 91 cresceu um número, que não sei se é significativo de novas habitações, mas não acredito que dos 58% de 91 saltasse para 80% em 2001.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá palavra ao Sr. Presidente da CMÉ.

O Sr. Presidente da CME toma a palavra: “Foi pena o Sr. Deputado Andrade Santos não ter aberto o documento que me entregou, porque teria lido no art.º 1.º o seguinte: “É aprovada a tabela de taxas e licenças a cobrar pela CMÉ, a qual substitui e revoga a tabela aprovada no ano de 99”. Portanto, esta de 2001 teve como actualização a de 99, foi aprovada de facto sobre o ano de 99, o que houve foi aumento em 2001 correspondente ao aumento de 2000. Houve um ano em que não houve aumento, e esse ano corresponde ao ano de 2001.

Em relação á questão que o Sr. Deputado Celino Silva referiu, dos 80% que correspondem ao Censo de 2001, não há aqui nenhum malabarismo de números. E segundo a minha opinião, até como cidadão, neste decénio dos anos 90, praticamente toda a construção que foi feita em Évora foi feita por auto-construção, ou foi adquirida no mercado de oferta para compra de habitação, quando referi 80%, referi o número que os serviços da CME me forneceram.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá palavra ao Sr. Deputado Municipal Celino Silva.

O Sr. Deputado Municipal Celino Silva toma a palavra: “Sr. Presidente da CME, eu não tenho aqui os elementos de prova, mas os materiais do plano de urbanização da cidade de Évora, que fazem o tratamento estatístico do problema da habitação, têm este número lá, e é de 58% de índice médio. E mesmo que houvesse um crescimento altamente significativo entre 91 e 2000, Évora não tem ultrapassado a média nacional, e seria um espanto ver este Concelho passar de 58% de habitação própria, para 80% nestes 10 anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por último, queria dizer que, nós não podemos aprovar uma chamada de atenção do Palma Rita, em relação ao art.º 116.º, a nota que diz: “que as pessoas poderão ficar isentas deste pagamento ou pagar um valor inferior aos mencionados.” Porque nós aprovamos taxas, licenças e preços, e não podemos deixar ao critério da câmara que alguém pode pagar um valor inferior, á livre iniciativa de quem gere esta matéria.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá como concluídas as inscrições, passando á votação desta proposta.

O ponto 12 é Aprovado por Maioria com 18 votos favoráveis e 8 abstenções.

Aprovação em Minuta

O Sr. Presidente antes de dar a palavra ao público coloca em aprovação a acta em minuta.

O colectivo deliberou por unanimidade aprovar em minuta todos os pontos da ordem de trabalhos, nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 5-A, de 11 de Janeiro.

O Sr. Presidente explicou ainda o porquê dos serviços da Assembleia terem solicitado uma fotografia a todos os Deputados Municipais: “com essa fotografia vamos procurar emitir um cartão identificação do membro da assembleia municipal, designadamente com o que isso significa em termos de livre trânsito dentro do município, e uma outra razão, é que a muito curto prazo vamos fazer sair a primeira publicação de Boletim da Assembleia Municipal. Eu gostaria que no primeiro Boletim da Assembleia Municipal, viessem identificados com a fotografia e o nome, os representantes da Assembleia e a identificação de cada um dos grupos parlamentares.

Outra questão que ainda queria referir, tem a ver com o Regimento hoje aqui aprovado, e no regimento que formalmente entra hoje em vigor, diz que: “os grupos parlamentares se constituem através da comunicação á mesa de uma lista com as respectivas assinaturas, quer isto dizer, que agora com o novo regimento enquanto cada um dos grupos políticos não fizer chegar á mesa a identificação e assinatura dos respectivos grupos parlamentares, se considera que aqui não há a representação de nenhum grupo parlamentar, mas apenas o somatório de 40 deputados equivalente a 40 independentes. Se cada força política tiver o interesse de se apresentar como grupo parlamentar, deve, até á próxima reunião da Assembleia, comunicar á mesa qual é a composição dos grupos parlamentares.”

O Sr. Presidente da Assembleia ainda antes de dar a palavra ao público dá a palavra ao Sr. Presidente da CME.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente da CME toma a palavra: “Queria convidar a Assembleia Municipal na sua plenitude a participar na inauguração da Feira de S. João, a ter lugar no Palácio D. Manuel na Sexta-feira dia 21 pelas 18h e30m.”

O Sr. Presidente da Assembleia dá por encerrados os trabalhos e concede a palavra ao público.

O membro do público, o Sr. Joaquim José Carola Martins toma a palavra: “Boa tarde , Senhores membros da Assembleia e Câmara Municipal de Évora. Eu chamo-me Joaquim José Carola Martins e pedi para usar da palavra em representação da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade de Azaruja, uma associação particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com cerca de sete anos de existência, a qual conta presentemente com 343 associados nesta Freguesia, a maior parte, reformados.

Um dos objectivos a que esta Associação se propôs foi criar um centro de convívio para reformados, equipamento de que esta localidade está muito carenciada. E para tal, temos umas instalações cedidas pela Câmara Municipal, as quais estão altamente degradadas.

Em 19/06/2001, foi entregue na CME para aprovação, um projecto de adaptação do edifício em causa para o referido centro de convívio, cujo processo passou a ser identificado com o n.º 14.578. Esse projecto veio a ser aprovado por unanimidade em reunião de Câmara no passado dia 28/11/2001, embora essa aprovação estivesse condicionada a pequenas alterações. Essas alterações foram corrigidas e entregues para reaprovação do dito projecto, em 05/04/2002. Como até esta data, não temos qualquer informação sobre o andamento do processo, e dado que as instalações estão a ruir, solicito pois á CME que com a brevidade que lhe for possível dê andamento ao processo acima referido para que pelo menos seja colocado um novo telhado. Faço também uma apelo para que essa CME colabore por vários meios, financeiro incluindo e ajude esta associação a candidatar-se a financiamentos junto de alguns organismos oficiais. Igual pedido faço ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia local o qual também é membro fundador desta associação. Muito Obrigado”

O Sr. Presidente da Assembleia dá a palavra a outro membro do público.

O membro do público, o Sr. Manuel Matias Bonito Recto, membro da Junta de Freguesia de S. Bento do Mato na qualidade de Tesoureiro, toma a palavra: “Pretendia fazer uma sugestão á Câmara Municipal de Évora, pois eu reconheço que a cidade tem um valor muito grande em termos patrimoniais, e queria lembrar, dentro do que é possível economicamente, se é possível embelezar cada uma das rotundas da cidade, ou as principais com monumentos que lembrem a história de Portugal.”

O Sr. Presidente da Assembleia toma a palavra e pergunta á Câmara Municipal se pretende responder, ou se registou e responderá depois pelas vias próprias estas preocupações aqui referidas pelos munícipes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente da CME toma a palavra: “Por uma questão de gentileza, e já que a sua participação é sempre bem vinda, passarei a responder pois são duas questões de fácil resposta. No que respeita á questão levantada pelo Sr. José Carola Martins, o projecto teve uma aprovação condicionada a aspectos derivados dos projectos de especialidade, e que está em fase de ultimação, e dentro em breve vai ter a conclusão, e provavelmente será de aprovação do projecto.

No que respeita á questão levantada do embelezamento das rotundas, neste caso, e demonstrando a consonância que existe entre a CME e os seus munícipes, estão já adquiridas obras de arte que vão ser aplicadas nas rotundas, ainda não em todas, porque não temos capacidade financeira. Vai ser inaugurada a curto prazo, a primeira intervenção de embelezamento com arte pública, na Rotunda de Aviz, a obra já está adquirida e estão a fazer-se ultimações relativas à mesma esperando-se que seja aplicada ainda este Verão.”

O Sr. Presidente da Assembleia toma a palavra e antes de formalmente encerrar os trabalhos faz ainda os seguintes agradecimentos: “Um agradecimento queria fazê-lo ao nosso colega e Deputado, e Presidente da Junta de Freguesia, pela forma tão amistosa e tão útil de que se revestiu a nossa reunião aqui, e que nos encoraja a prosseguir com estas reuniões descentralizadas. Um outro agradecimento, vai para os nossos colaboradores da Assembleia Municipal, que se esmeraram na organização, e á Câmara Municipal e aos seus funcionários que colaboraram na montagem desta reunião, queria ainda também agradecer á Sociedade que cedeu as instalações de um espaço tão acolhedor para este fim. “

O Sr. Presidente deu por encerrada a sessão pelas 21 horas, da qual se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e pelo Segundo Secretário.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada, na sessão de 28/12/02, por maioria e 5 abstenções)